



ARTIGO
ARTICLE

Revisionismo e negacionismo: controvérsias

Revisionism and denialism: controversies

Denise Rollemberg 

Professora de História Contemporânea, Universidade Federal Fluminense; Pesquisadora do CNPq e da FAPERJ (Cientista do Nosso Estado)

deniserollemberg@uol.com.br

&

Janaina Martins Cordeiro 

Professora de História Contemporânea, Universidade Federal Fluminense; Pesquisadora do CNPq e da FAPERJ (Cientista do Nosso Estado)

janainamcordeiro@gmail.com

ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins. Revisionismo e negacionismo: controvérsias. *História, histórias*, vol. 9, nº 17, jan./jun. 2021. <http://dx.doi.org/10.26512/rhh.v9i17.36429>

Resumo: Embora revisionismo e negacionismo sejam termos e conceitos que aludem a coisas distintas, não raramente são confundidos em estudos sobre diferentes temáticas e conjunturas. Este artigo procura diferenciá-los e analisar as razões e os processos a partir dos quais em muitos momentos os dois termos se confundiram. A questão ganhou visibilidade particular nas polêmicas em torno dos crimes nazistas na Segunda Guerra Mundial, mas envolve controvérsias anteriores e posteriores ao conflito. Tal realidade pode ser observada em três dimensões que, sendo autônomas, com frequência, se embaralharam: (a) política e ideológica; (b) historiográfica; (c) judicial. Envolvendo disputas do passado, a interpenetração dessas dimensões ocorre, sobretudo, quando estão em causa temas da história do Tempo Presente.

Palavras-chave: Revisionismo; Negacionismo; Holocausto; Historiografia.

Abstract: Although revisionism and denialism are terms and concepts that allude to different things, they are often confused in studies on different themes and situations. This article seeks to differentiate them and to analyze the reasons and the processes from which the two terms were often confused. The issue gained particular visibility in the controversies surrounding Nazi crimes in World War II, but it involves controversies before and after the conflict. Such a reality can be observed in three dimensions that, being autonomous, not infrequently got mixed up: (a) political and ideological; (b) historiographic; (c) judicial. Involving disputes from the past, the

interpenetration of these dimensions occurs, above all, when issues of the history of the Present Time are at stake.

Keywords: Revisionism; Denialism; Holocaust; Historiography.

A história mal-entendida, caso não se tome cuidado, seria muito bem capaz de arrastar finalmente em seu descrédito a história mais bem entendida. Mas se um dia chegássemos a isso, seria ao preço de uma violenta ruptura com nossas mais constantes tradições intelectuais.¹

Compreender não significa negar o ultrajante, subtrair o inaudito do que tem precedentes, ou explicar fenômenos por meio de analogias e generalizações tais que se deixa de sentir o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa antes examinar e suportar conscientemente o fardo que os acontecimentos colocaram sobre nós – sem negar sua existência nem vergar humildemente a seu peso (...). Compreender significa, em suma, encarar a realidade, espontânea e atentamente, e resistir a ela – qualquer que seja, venha a ser ou possa ter sido.²

Em janeiro de 2019, próximo ao Dia da Lembrança do Holocausto, promovido pela Nações Unidas (*UN Holocaust Remembrance Day*), foi divulgado um documento elaborado por pesquisadores da Universidade de Yale, do Grinnell College e representantes da European Union of Progressive Judaism (EUPJ). Intitulado “Relatório sobre o Revisionismo do Holocausto” (*Holocaust Revisionism Report*), o documento, que cobria as políticas sobre o passado estabelecidas por cada país membro da União Europeia (UE), chegava às seguintes conclusões principais:

Muitos governos da União Europeia estão reabilitando colaboradores da Segunda Guerra Mundial e criminosos de guerra, minimizando sua própria culpa na tentativa de extermínio de judeus.

O **revisionismo** é pior entre alguns dos países da Europa Central, que são membros mais recentes da UE - Polônia, Hungria, Croácia e Lituânia.

Mas nem todos os países da região estão caminhando na direção errada: dois países exemplares que estão encarando seus passados trágicos são a República Tcheca e a Romênia. O modelo romeno de nomear uma comissão independente para estudar o Holocausto deve ser expandido.

Os países da Europa Ocidental não estão livres de infecção - a Itália, em particular, precisa melhorar.

No Ocidente, a Áustria fez uma reviravolta notável, enquanto a França se destaca por seu progresso em aceitar a responsabilidade pelo governo colaboracionista de Vichy.

Em vez de protestar contra os excessos **revisionistas**, Israel apoia muitos dos

¹ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 42.

² ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: o anti-semitismo, instrumento de poder*. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1975, p. 21.

governos nacionalistas e **reversionistas**³.

O Relatório e as conclusões às quais chegou são importantes sob vários aspectos, a começar, pelo seu pioneirismo: tratou-se do primeiro documento a analisar, no âmbito da UE, como cada um dos 27 países do bloco vêm lidando com suas responsabilidades com relação ao Holocausto. Não obstante, gostaríamos de chamar atenção para um aspecto em particular: a utilização do termo *reversionismo* ao longo do documento e, inclusive, no próprio título do Relatório para se referir às políticas de Estado que buscam relativizar e, no limite, negar os crimes do passado.

Assim, “reversionismo” é compreendido ali como uma forma de retomar o passado visando, exclusivamente, às batalhas políticas e ideológicas do presente, por vezes, negando crimes ou determinados eventos históricos; por vezes, minimizando ou relativizando sua importância ou as responsabilidades do Estado e da sociedade.

O termo reversionismo adquiriu, especialmente ao longo do século XX, expressiva polissemia: ora apropriado de forma positiva, ora pejorativamente; ora servindo – de formas plurais – a acirradas disputas políticas e ideológicas, ora apropriado por querelas acadêmicas e intelectuais – estas também, de maneira alguma, estranhas às disputas políticas e ideológicas; ora se aproximando e se fundindo com a ideia de *negação*. É o que faz, por exemplo, Pierre Vidal-Naquet em conhecido artigo da década de 1980:

Chamarei aqui “reversionismo” a doutrina segundo a qual o genocídio praticado pela Alemanha nazista contra judeus e ciganos não apenas não teria existido, como não passaria de mito, fabulação ou fraude. Falo aqui do “reversionismo” no sentido absoluto do termo, mas existe também reversionismos relativos, sobre os quais eu direi algumas palavras. A palavra em si possui uma história que é estranha e que mereceria ser desenvolvida. Os primeiros “reversionistas” modernos foram, na França, os partidários da “revisão” do processo de Alfred Dreyfus (1894), mas a palavra foi muito rapidamente apropriada pelos seus adversários e essa mudança de sentido deve ser considerada sintomática. A palavra ganhou em seguida um sentido tanto positivo como negativo, implicando sempre a crítica a uma ortodoxia dominante.⁴

Portanto, embora reversionismo e negacionismo sejam termos e conceitos que aludem a coisas distintas, não raramente são confundidos. Isso ocorre em estudos sobre

³ Cf.: Holocaust Remembrance Project. Key Findings, p. 1. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/c1aa54_d6fdacf05b6845a3a2cacbf80ed6720c.pdf [grifos nossos]. Acesso realizado em 01/02/2020.

⁴ VIDAL-NAQUET, Pierre. “Thèses sur le “révisionnisme” (1985). *Les assassins de la mémoire. “Un Eichmann de papier” et autres essais sur le révisionnisme, sous la direction de Vidal-Naquet Pierre*. Paris, La Découverte, Poche / Essais, 2005, p. 103-4.

diferentes temáticas e conjunturas, desde fins do século XIX até os dias atuais. O documento da ONU, acima citado, bem como as palavras de Vidal-Naquet o demonstram. Liminarmente, a ideia de *revisão* refere-se a iniciativas de revisar interpretações de fatos e processos passados; *negacionismo*, por sua vez, a iniciativas de negá-los. Negacionismo – a palavra e o conceito -, veremos adiante, só surgiu no fim da década de 1980, mas a negação de acontecimentos comprovados por documentação é antiga. A questão ganhou visibilidade particular nas polêmicas em torno dos crimes nazistas na Segunda Guerra Mundial, mas envolve controvérsias anteriores e posteriores ao conflito. Tal realidade pode ser observada em três dimensões que, sendo autônomas, com frequência se embaralharam, por boa ou má fé de políticos, intelectuais e historiadores: (a) política e ideológica; (b) historiográfica; (c) judicial. Envolvendo disputas do passado, a interpenetração dessas dimensões ocorre, sobretudo, quando estão em causa temas da história do Tempo Presente.

Se são conceitos distintos, quais as relações entre *revisão* e *negacionismo* que estimulam tal confusão? Como e sob que sentidos *revisão* passou a aproximar-se e, em alguns casos mesmo, a confundir-se com a ideia de “*negacionismo*”?

A questão é complexa, sem dúvida. Porém, um ponto nos parece cristalino: o *revisão* é esclarecedor e indispensável, na produção do conhecimento histórico, enquanto o *negacionismo* é funesto e obscurantista, a própria negação da História.

A seguir, trataremos de casos exemplares de *revisões* que deram contribuições importantes à historiografia. Tais iniciativas nada tiveram a ver com a negação de fatos comprovados, senão com a revisão de interpretações até então hegemônicas. Em seguida, abordaremos casos históricos de *negacionismos*, com ênfase, no caso do *negacionismo* do Holocausto, evidenciando as diferenças em relação aos *revisões* estudados. Refletiremos ainda sobre as motivações que levam à fusão entre *negacionismo* e *revisão*. Num terceiro momento, veremos os legados do século XX sobre as controvérsias em torno dos dois conceitos que, atualizados, nos desafiam para grandes questões do século XXI. Por fim, propomos algumas reflexões, que nos ajudam a melhor avaliar tão complexa temática.

1) Revisões

A Segunda Internacional Socialista e a ortodoxia marxista

Uma das primeiras vezes em que o termo revisionismo, entendido como crítica de uma ortodoxia dominante, foi empregado, contemporaneamente ao Caso Dreyfus, foi na conhecida polêmica suscitada por Eduard Bernstein, político e teórico da social democracia alemã, e o grupo em torno dele, no contexto da Segunda Internacional Socialista, criada sobre os pilares da ortodoxia marxista, em 1889.

Uma década mais tarde, Bernstein publicou o livro “Socialismo evolucionário”⁵. Através de uma análise da economia e da política dos países europeus industrializados, expôs uma interpretação a respeito da não correspondência entre as análises e as projeções de Marx, presentes, por exemplo, no Manifesto Comunista (1848), acerca da evolução do capitalismo e a realidade que observava como intelectual, militante e estudioso do assunto. Entre outras referências, o “colapso da economia burguesa”⁶ não se verificaria a curto prazo e apostar na “grande e iminente catástrofe social” era um erro que o movimento socialista internacional devia superar.

O próprio Engels, coautor do *Manifesto*, já o havia reconhecido no prefácio de *As lutas de classes na França* (1850). A economia capitalista, tal como se desenvolvera no século XIX nos “países avançados”, ocorria simultaneamente “aos avanços das organizações democráticas”. O movimento operário tivera papel nas “concessões” feitas pela burguesia e se fortalecera nesse processo. Diante dessa realidade, Bernstein defendeu que o confronto direto e violento contra o capitalismo deixara de ser uma necessidade para a revolução socialista. Sem abrir mão do “controle de governo” por parte da classe operária, sustentou que a “conquista do poder político” poderia ocorrer pacificamente. Em outras palavras, Bernstein seguia no combate pelo socialismo, mas acreditava que este poderia ser alcançado por meio de disputas no interior do capitalismo nas instâncias e instituições democráticas que surgiam no século XIX, como, por exemplo, o voto universal (masculino). As ideias de Bernstein foram expostas no

⁵ Originalmente, *Die voraussetzungen des sozialismus und die aufgaben der sozialdemokratie* [Os requisitos do socialismo e as tarefas da social-democracia]. Usamos a tradução para o inglês: *Evolutionary socialism: a criticism and affirmation*. New York, B.W. Huebsch, 1909. No Brasil, foi publicada uma versão muito reduzida, a partir da edição norte americana de 1961, da Schocken Books (New York): *Socialismo evolucionário*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.

⁶ Para as citações seguintes: BERSTEIN, Edward. *Evolutionary socialism: a criticism and affirmation*. New York, B.W. Huebsch, 1909, p. 3-6.

Congresso de Hannover, em outubro de 1899, suscitando um intenso e tenso debate. Desde o início das discussões, as críticas e as propostas de Bernstein foram caracterizadas como um “abandono” das ideias de Marx e do marxismo, configurando críticas e propostas “revisionistas”, empregando-se o termo em tom depreciativo e desqualificador. Até o advento da Grande Guerra (1914-1918), a querela na Internacional em torno da alternativa “reforma ou revolução?”, fórmula consagrada no título do texto de Rosa Luxemburgo, também de 1899, em resposta a Bernstein, seguiu em tom áspero e acusatório, permanecendo, sob outras formas, ao longo do século XX.

Em 1919, a fundação da Terceira Internacional Socialista formalizou o divórcio entre sociais-democratas e comunistas, consagrando dois campos não apenas diferentes, mas opostos. Entretanto, ambos os lados se apresentavam como adeptos da ortodoxia marxista e acusavam-se mutuamente de heterodoxos. De um lado, os que defendiam a revolução como confronto e ruptura; de outro, os que viam a revolução como um processo gradual e reformista. No prefácio à edição em língua inglesa, Bernstein reafirmava seu ponto de vista:

Subsequentemente [à publicação do original em alemão], as opiniões lançadas no livro receberam o epíteto de REVISIONISMO e, embora muitos dos que são chamados REVISIONISTAS na democracia social alemã mantenham pontos de vista diferentes dos meus, o livro pode, em conjunto, ser considerado como uma exposição das tendências teóricas e políticas dos revisionistas socialdemocratas alemães (grifos no original).⁷

Nesse embate, como referido, o termo “revisionismo” ganhou conotação pejorativa e foi utilizado para desqualificar os argumentos e posições do político alemão e seus seguidores. Da mesma forma, a palavra “reformista” em oposição a “revolucionário”. Apesar de tratar-se de um embate político, lembremos que os argumentos de Eduard Bernstein se basearam no estudo da economia e da política dos países industrializados de sua época. Em sua leitura do processo histórico e de novas evidências produzidas pelo desenvolvimento do capitalismo na Europa (permanência de um importante campesinato, ampliação das camadas médias, incorporação de relevantes demandas da classe operária pelas instituições políticas e sociais, entre outras), Bernstein apontava para o envelhecimento de teses centrais do pensamento de Marx sobre a revolução. Já seus adversários, apesar de reconhecerem estas evidências incontornáveis,

⁷ BERSTEIN, Edward. *Evolutionary socialismo*, op. cit., p. 10-11.

rejeitavam a ideia de que elas pudessem ter o condão de fazer envelhecer o pensamento de Marx. As revisões de Bernstein foram consideradas, portanto, incompatíveis com as concepções revolucionárias de Marx. Assim, a conotação pejorativa atribuída ao "revisonismo" passou a ser estendida, desde então, aos que abandonavam a revolução em proveito de reformas parciais⁸.

No debate acadêmico e historiográfico, o uso da palavra revisionista com significado negativo tornou-se relativamente recorrente a partir desse momento. Fundiu-se, em certa medida, com o sentido que lhe foi atribuído na luta política (“reforma” x “revolução”) do contexto da Segunda Internacional. Assim, um *revisionista* seria aquele que desafia e rejeita uma ortodoxia dominante, no campo político ou historiográfico. Mas, o que, a princípio, poderia ser profícuo – afinal, *desafiar, duvidar, contestar, desconfiar, verificar* não são atributos positivos de um bom pesquisador? Não são componentes indispensáveis à curiosidade intelectual? – passou a ser utilizado para designar pesquisadores que colocavam em questão uma *verdade* de tal forma estabelecida que, nesse processo, se aproximariam da relativização (e mesmo da negação) da história.

Nas batalhas historiográficas, ao longo do século XX, o termo revisionismo apareceu relacionado a temáticas distintas, em contextos e cenários acadêmicos igualmente distintos. Veremos, a seguir, exemplos de revisionismos e revisionistas que em muito contribuíram para a produção do conhecimento histórico.

A historiografia da Revolução Francesa

Em 1965-1966, François Furet e Denis Richet lançaram *La Révolution Française*, livro em dois volumes, em que interpretaram o evento na contracorrente das interpretações marxistas, então, consagradas no meio acadêmico.⁹ Segundo Alice Gérard, o “revisonismo da historiografia da Revolução Francesa”, já estava em curso desde a década anterior, com a publicação do texto *The myth of the French Revolution*, do

⁸ Esta polêmica é distinta da polêmica em torno das Revoluções Russas. Grande parte dos que condenaram Bernstein não aprovaram os bolcheviques. Mesmo Rosa Luxemburgo, sua principal opositora, formulou muitas reservas aos bolcheviques, antes e depois da Revolução. Como disse o revisionista Gramsci, a Revolução Russa foi uma revolução contra *O Capital*, ou seja, contra o livro de Marx, que previa as revoluções nos países capitalistas mais desenvolvidos. Aliás, querendo-se ortodoxos, os bolcheviques foram grandes revisionistas.

⁹ FURET, François e RICHET, Denis. *La Révolution Française*. 2 vols. Paris, Hachette, 1965-1966.

historiador britânico Alfred Cobban¹⁰, mas a obra de Furet e Richet foi o ponto de inflexão desta revisão¹¹.

As publicações posteriores de Furet sobre o assunto, embora revejam aspectos defendidos na primeira abordagem, mantiveram no essencial a interpretação que suscitou polêmica, desde os anos 1960, ganhando enorme visibilidade na ocasião das comemorações do Bicentenário da Revolução, em 1989¹².

A obra de Tocqueville, *O Antigo Regime e a Revolução*, de 1856, esteve na base da reflexão de Furet (e Richet). Ao invés de estudar a Revolução conforme as abordagens comuns na época - personalistas e sectárias, voltadas para as vivências dos revolucionários -, o historiador do século XIX fez do enfrentamento de classes o objeto em questão. No processo de construção do Estado centralizado, datado do reinado de Luís XIV, estava a origem da sujeição da nobreza e do progressivo sentimento de igualdade difuso nas classes populares, sobretudo, no campesinato. Ao inserir o evento na longa duração, Tocqueville pôde enxergar as transformações econômicas no tempo e suas implicações nas dimensões políticas. Com esse ponto de vista, negou a ruptura revolucionária em favor das continuidades. “Plantada por filósofos”, com uma perspectiva internacional (Humanidade universal, Razão universal, Religião laica), a Revolução levou a uma nova religião, fanática, disposta a tudo. A Democracia, destino na história da França, poderia ter sido alcançada sem a Revolução nem autoritarismos.

Por meio de uma leitura própria de Tocqueville, Furet e Richet negaram o caráter burguês e de luta de classes da Revolução na chave interpretativa do marxismo. Enxergaram a “Revolução dos Iluministas” como “opinião revolucionária”, como

¹⁰ COBBAN, Alfred. *The myth of the French Revolution*. London, University College, 1955, 25 pp.

¹¹ GERARD, Alice. “La crise révisionniste de l'historiographie révolutionnaire et le bicentenaire”. Dans: AMALVI, Christian (dir.). *Une passion de l'histoire: histoire(s) mémoire(s) et Europe: hommage au professeur Charles-Olivier Carbonell*. Toulouse, Privat, 2002. Apud LOUVRIER, Julien. “Penser la controverse: la réception du livre de François Furet et Denis Richet, La Révolution française”. *Annales historiques de la Révolution française*, n°351, 2008. pp. 151-176.

¹² Para uma excelente reconstrução crítica da trajetória da tese de Furet, ver: FLORENZANO, Modesto. “François Furet, historiador da Revolução Francesa”. *Revista de História*. São Paulo, USP. 1o semestre de 1995. As publicações de Furet sobre a Revolução Francesa, posteriores ao livro de 1965-66 foram: *Le catéchisme révolutionnaire*. *Annales. Economies, sociétés, civilisations*. 26^e année, N. 2, 1971. pp. 255- 289; e *Penser la Révolution Française*. Paris, Gallimard, 1978. No Brasil, o livro foi publicado com o título *Pensando a Revolução Francesa* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989). Na 2^a parte da publicação, encontra-se o artigo “O catecismo revolucionário”, revisto, em relação ao original publicado nos *Annales*, como analisa Florenzano. Ver também: FURET, François & OZOUF, Mona. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

linguagem, onde a política se tornara soberana em relação à economia. Desafiavam, assim, uma tradição interpretativa esboçada no século XIX e consolidada no pós-1945.

Tal linhagem, em resumo, remontava a Jules Michelet. Em *Histoire de la Révolution*, de 1847, um dos volumes de sua obra *Histoire de France*, o historiador celebrou a “revolução popular” e as ideias jacobinas, embora não o Terror. Também no século XIX, Louis Blanc, liderança socialista, também em 1847 em obra com o mesmo título, incensou o jacobinismo, realçando o que considerou suas tendências socialistas, sem tratar, entretanto, de assuntos socioeconômicos. Uma história no campo da esquerda, certamente, mas exclusivamente política e social. Em seguida, esteve Karl Marx que compreendeu a Revolução em função da luta de classes provocada pelas mudanças socioeconômicas, no caso a emergência do capitalismo. Para Marx, teria sido no enfrentamento do Terceiro Estado contra o Antigo Regime que a burguesia assumiria uma consciência de classe própria, tornando-se uma “classe para si”. De acordo com Jacques Godechot, o filósofo alemão foi:

o primeiro a formular com clareza a opinião que os acontecimentos históricos eram mais influenciados pela corrente lenta e profunda das características econômicas e sociais (infraestrutura), que pelas decisões, por mais clamorosas que fossem, dos homens políticos (a superestrutura).¹³

Quanto a Jean Jaurès, intelectual, parlamentar socialista e pacifista, em *História socialista da Revolução Francesa* (1901), baseando-se nos *Cahiers de doléances*, destacou a miséria do proletariado agrícola e urbano e buscou ligações entre história social e ideias revolucionárias das “classes médias”. Em sua interpretação, a Revolução Francesa fora “largamente burguesa e democrática”. Por fim, Albert Mathiez (1874-1932), historiador marxista, fundador da *Société des Études Robespierriennes*, em publicação de 1922 (*Révolution Française*), reprovou em Danton, a venalidade e os objetivos exclusivamente políticos, em oposição a Robespierre, o “incorruptível”, cuja política, ao contrário, visava à melhoria da sorte dos indigentes por meio da repartição da riqueza.¹⁴

No pós-Segunda Guerra Mundial, com o prestígio crescente do marxismo nos meios políticos e acadêmicos, não somente na França, assistimos à consagração da interpretação que afirmou o caráter burguês da Revolução. Os aspectos econômicos

¹³ GODECHOT, Jacques. “As grandes correntes da historiografia da Revolução Francesa, de 1789 aos nossos dias”. *Revista de História* (USP), 1969, vol. 39, n. 80. p. 423-470, p. 447.

¹⁴ MATHIEZ, Albert. *La Révolution Française*. Paris, Armand Colin, (1ª ed.), 1922.

estariam na base das suas transformações políticas e sociais; a participação das massas populares e os confrontos sociais expressaram a luta de classe que marcou o conflito, não a luta de classes a que Tocqueville havia se referido, mas a que opunha burguesia e nobreza. Dois exemplos desta linhagem dominante no período pós-1945 são clássicos.

Albert Soboul, em *La Révolution française, 1789-1799* (1948), argumentou que, mesmo na fase jacobina, tratou-se de uma revolução burguesa. As massas teriam entrado em cena orquestradas pela burguesia que, diante da radicalização do processo, derrubou o líder Robespierre.¹⁵ Eric Hobsbawm, em *A era das revoluções (1789-1948)*, de 1962, acompanhou Soboul, enfatizando ainda mais a tese da manipulação das classes populares pela burguesia, no período jacobino, e os aspectos econômicos como decisivos para a eclosão do conflito.

François Furet e Denis Richet, se insurgiram, portanto, em 1965-66, contra esta hegemonia marxista na compreensão da Revolução Francesa: a que insistia na luta de classes entre burguesia x nobreza e na ruptura do processo revolucionário. A resposta de Soboul veio em 1974¹⁶, no artigo em que chamou os dois historiadores de revisionistas, em sentido desqualificador, assim como outros críticos liberais da interpretação marxista da “revolução burguesa”¹⁷.

Pouco antes do livro de Furet e Richet, em 1963, Hannah Arendt lançara, nos EUA, *On Revolution*.¹⁸ Opondo-se como Furet às teses marxistas, a filósofa alemã compreendeu a Revolução Francesa contrapondo-a à Revolução Americana (1776). Teve como premissa a tese de que, embora buscassem a Liberdade, todas as revoluções implicaram em guerra e violência. Em oposição, estaria a política, entendida como negociação e, assim, contrária à intolerância. Na Revolução Americana, a política esteve a serviço do ideal democrático liberal que celebrou a Liberdade. Na Revolução Francesa, a violência teria frustrado a busca da Liberdade, impondo, por outro lado, a lógica da necessidade. Robespierre foi tomado como encarnação deste desvio, ao incorporar as massas populares na luta pela igualdade. Afinal, entre outros fatos, foi Robespierre quem

¹⁵ SOBOUL, Albert. *La Révolution française, 1789-1799*, Éditions Sociales, 1948.

¹⁶ SOBOUL, Albert. “L’historiographie classique de la Révolution française. Sur des controverses récentes”. *La Pensée*, 1974, p. 40-58.

¹⁷ LOUVRIER, Julien. *Penser la controverse*, op. cit. P. 151-176.

¹⁸ ARENDT, Hannah. *On Revolution*. New York, The Viking Press, 1963.

cunhou o conceito “Despotismo da Liberdade”, conceito paradoxal, mas adequado à intolerância radical do regime.

Hannah Arendt certamente deve ter incentivado Furet. *Penser la Révolution* (1978) foi, por sua vez, a resposta a Soboul e outros historiadores marxistas. Neste livro, além de recorrer a Tocqueville, Furet recuperou August Cochin, também historiador do século XIX. Em *L'esprit du jacobinisme*, obra póstuma só publicada em 1975, defendeu que o jacobinismo não foi conspiração nem somente ideologia, mas uma *sociedade de pensamento* ancorada em um projeto de *democracia pura*. A onipotência da máquina militante foi o preço a pagar por ela. A ditadura da “salvação pública” com o Terror, para onde descambou a Revolução, não foi luta pelo poder, mas a lei de funcionamento da máquina. “A máquina não pensa, só fala. A Revolução é uma linguagem”. Cochin, quase prognostica o jacobinismo como matriz do bolchevismo. Furet, que não conhecia a obra em 1965-66, adotou e levou adiante a tese de Cochin, que, morto em 1916, em combate na Grande Guerra, não viu nem a Revolução Bolchevique de outubro de 1917 nem o regime soviético, cujas origens, segundo a interpretação de Furet, estavam na Revolução jacobina de Robespierre.

François Furet, Denis Richet e Hannah Arendt apresentaram, portanto, revisões interpretativas da Revolução Francesa, sem negar fatos e processos. Foram chamados de revisionistas pelos defensores da interpretação marxista da Revolução Francesa, que pretendiam desqualificá-los por razões ideológicas. Afinal, as teses revisionistas colocaram em xeque, para além da interpretação da Revolução Francesa dominante na época, a própria filosofia marxista da história.

A historiografia da Revolução Russa

Quase simultaneamente ao desenrolar da longa polêmica historiográfica em torno das teses de Furet e Richet sobre a Revolução Francesa, dessa vez, porém na academia anglo-saxã, um grupo de historiadores apresentou uma proposta de “revisão” do passado, envolvendo outro processo revolucionário que marcou a contemporaneidade: a Revolução Russa. Curiosamente, se ambas as historiografias foram ditas *revisionistas*, os processos de renovação que propuseram, no entanto, percorreram caminhos distintos. De acordo com Ronald G. Suny, uma das mais intrigantes ironias no estudo das grandes

revoluções europeias, a partir das décadas de 1960 e 1970, é o fato de que as interpretações dominantes sobre as Revoluções Francesa e Russa caminharam em direções opostas: os "revisonistas" da Revolução Francesa opuseram-se à ortodoxia marxista – chamada em um primeiro momento de a "interpretação social" da Revolução Francesa – e enfatizaram a história das ideias e representações culturais, bem como a história política, conforme a renovação proposta, então, pela academia francesa. Já seus colegas, que estudavam as revoluções russas e o socialismo soviético, atacaram justamente a ortodoxia antimarxista e liberal que se concentrou no estudo das ideologias, das grandes personalidades e no papel do Estado, rejeitando a análise social ou de classe das Revoluções de 1917.¹⁹

Eram, portanto e também, revisionistas. Reivindicavam-se como tais. Mas a ortodoxia a qual combatiam não era a marxista. Ao contrário, opuseram-se a pressupostos básicos dos ditos autores ortodoxos da Guerra Fria, os *cold warriors*. Entre as décadas de 1950 e 1960, essa escola, também chamada “tradicionalista”, foi marcada de forma profunda pelos embates ideológicos do período e por dada leitura, aplicada à União Soviética, das teorias do totalitarismo. Suas interpretações expressaram, sob múltiplos aspectos, certo anticomunismo intelectual que caracterizou em boa medida parte da produção acadêmica durante a Guerra Fria, sobretudo, no mundo anglo-saxão. Embora não se possa considerar o trabalho destes autores de forma homogênea, de modo geral, suas análises caracterizaram-se por uma visão da União Soviética como um “Estado monolítico em que a sociedade atomizada era controlada por um Estado policial opressor”²⁰. Nesse tipo de interpretação, muito concentrada não apenas no Estado soviético todo-poderoso, mas também no Partido e suas principais lideranças, não havia espaço para a compreensão das formas plurais em torno das quais a sociedade, em distintos momentos, viveu e sobreviveu, adaptou-se e negociou sua existência, ajudando a construir a experiência socialista naquele país.

Nesse sentido, a historiografia revisionista, marcada pelos embates e lutas de 1968, deu ênfase ao caráter de classe das lutas políticas e sociais que caracterizaram o

¹⁹ SUNY, Ronald G. “Revision and Retreat in the Historiography of 1917: Social History and its critics”. In: *The Russian Review*, Vol. 53, No. 2 (April, 1994), p. 165. Stable URL: <https://www.jstor.org/stable/130821>. Accessed: 09-02-2020 17:12 UTC.

²⁰ SEGRILLO, Angelo. “Historiografia da Revolução Russa: antigas e novas abordagens”. *Projeto História* (PUCSP), v. 41, p. 63-92, 2010, p. 72.

ano de 1917. Assim, se a ortodoxia liberal da Guerra Fria via a Revolução Russa como um evento que colocou fim a um processo de transformações liberalizantes, pelas quais o czarismo vinha passando, os revisionistas buscaram analisar o processo além da superfície política e voltaram-se para as aspirações e atuações de operários e soldados, dentre outros²¹. A partir da história social e da história vista de baixo e, posteriormente, da história do socialismo soviético, autores como David Mandel, Diane Koenker, Sheila Fitzpatrick e Moshe Lewin buscaram compreender as articulações, as transformações ou mesmo o caráter de uma verdadeira “revolução cultural”, como postulou Fitzpatrick, que transformou a existência e as estratégias políticas da sociedade soviética²². Com o fim da Guerra Fria e a abertura de arquivos, a história da Revolução Russa e do socialismo soviético produzida no Ocidente passou por transformações importantes. Emergiram tanto perspectivas de estudos regionais da Revolução e da experiência socialista, como tentativas de sínteses entre uma história social e política de tais processos²³. A proposta de tornar complexa a visão sobre o Estado e a sociedade soviéticos, continuou, no entanto, presente.

O revisionismo sobre a França durante a Segunda Guerra Mundial

Dois meses após a Libertação de Paris, o general Charles de Gaulle, em discurso pronunciado em 14 de outubro de 1944, afirmou que apenas “um punhado de miseráveis” havia colaborado com o inimigo. Nem todo o território francês estava livre do domínio nazista iniciado com a derrota para a Alemanha, em junho de 1940, e já nascia o mito da Resistência: embora vencida militarmente, a França não se curvara diante do invasor e de seus – *poucos* – colaboradores nacionais²⁴.

No pós-guerra, esta versão desempenhou papel essencial na reconstrução da identidade nacional francesa que, abalada no entre-guerras, se dilacerou nos anos seguintes ao armistício que pôs fim à guerra entre os dois países. Na Grande Guerra, as Forças Armadas e a população francesas defenderam-se bravamente da invasão da parte

²¹ SUNY, Ronald G. *Revision and Retreat in the Historiography of 1917*, op. cit. p. 165.

²² FITZPATRICK, Sheila. *Cultural Revolution in Russia*. Bloomington, 1978.

²³ Cf. FIGES, Orlando. *A People's Tragedy: a History of the Russian Revolution*. Londres: Jonathan Cape, 1996.

²⁴ Cf. ROLLEMBERG, Denise. *Resistência*. Memória da ocupação nazista na França e na Itália. São Paulo, Alameda, 2016.

Norte do território por longos e penosos anos. Em 1940, já na Segunda Guerra Mundial, não mais do que três semanas bastaram para os chefes militares franceses aceitarem a rendição. Diante do desafio de a França se recompor social, política, moralmente, o mito da Resistência serviu para aliviar dores e constrangimentos que diziam respeito aos comportamentos dos franceses diante da ocupação e do Estado colaborador com o nazismo. Segundo Jacques Sémelin, o mito da Resistência surgiu, portanto, de uma necessidade social. É nesse sentido que o historiador diz que, se a resistência não existisse, seria preciso inventá-la. Por meio dele foi sido possível minorar por um tempo as “realidades incômodas” da participação social na colaboração e do Estado no genocídio²⁵.

O caso francês, entre tantos outros países derrotados e ocupados durante a Segunda Guerra, teve sua particularidade. O armistício assinado entre os dois países fraturou física (e moralmente) o país, deixando marcas profundas. Na parte Sul do território, o documento pôs fim à República Francesa, refundando o Estado, oficialmente denominado *Estado Francês*. À frente do governo instalado na cidade de Vichy, pontificou o Marechal Philippe Pétain, herói da Grande Guerra. Em Vichy, ascendeu ao poder a classe política de extrema direita ativa politicamente desde fins do século XIX.

Foi somente a partir da década de 1970 que o país começou a enfrentar o mito da Resistência, desconstruindo-o. Assim como o revisionismo da historiografia da Revolução Russa, a revisão da história da Resistência francesa foi marcada pelos embates e lutas de 1968.

Em 1971, a estreia do filme *Le chagrin et la pitié* (A tristeza e a piedade), de Marcel Ophüls, causou um enorme impacto na França. O documentário, filmado em 1969, pretendeu narrar a história dos anos da ocupação. O cotidiano da cidade de Clermont-Ferrand, na região do Auvergne, serviu de cenário para observar o dia-a-dia do país sob o Regime de Vichy. Com mais de quatro horas de duração, o documentário mostrava imagens de época e entrevistas com pessoas de diferentes origens, posição social e opção políticas, desde personalidades célebres até cidadãos provincianos envolvidos nos acontecimentos. A proposta do documentário era demonstrar ao espectador que o comportamento da maioria dos franceses diante da situação fora bem diferente daquele

²⁵ SÉMELIN, Jacques. “Qu’est-ce que ‘résistir’?”. *Esprit*, Paris, n. 198, jan. 1994, p. 63.

que vinha sendo contado desde a Libertação. Multiplica evidências de que, longe de serem resistentes de primeira hora, os franceses foram sobretudo colaboradores, quando não débeis ou indiferentes face à situação²⁶.

O impacto do filme foi tamanho que o governo francês proibiu a sua exibição na TV durante 10 anos, somente o liberando em 1981, no governo de François Mitterrand. Assim, a opinião pública francesa se deslocou de um polo para ao outro: a memória oficial de que os franceses foram *todos resistentes*, versão criada ainda em 1944, como vimos, foi desafiada pela ideia de que foram *todos colaboradores*. Uma espécie de contra-memória. Num só golpe, pôs-se em xeque o mito da resistência, presente em livros de história, testemunhos, filmes, romances, enfim, na opinião pública. O combate resistente contra a Alemanha viu-se transformado em “mito da resistência”, uma *honra inventada*, como a chamaram depois os historiadores.

No entanto, deslocar a interpretação de um extremo ao outro também evidenciava a dificuldade de lidar com o passado à luz do presente, de perceber a complexidade dos comportamentos reais, não raramente distantes dos dois extremos.

Muitos historiadores haviam endossado o mito da Resistência. As pesquisas sobre a temática e seus personagens dominaram a produção historiográfica. A colaboração e seus personagens, por outro lado, permaneceram temas-tabu. Para Pierre Laborie, a “ideia de resistência” esteve marcada por “mitologias e heroísmos, entusiasmos cândidos e teorizações estéreis”²⁷. É essa ideia que, no entanto, orientou todo o trabalho de análise, conforme observou François Bédarida, até a desconstrução do mito da Resistência²⁸.

No ano seguinte ao lançamento de *Le chagrin et la pitié*, ou seja, em 1972, foi publicado o livro do historiador norte-americano Robert O. Paxton, nos EUA e na Grã-Bretanha, *Vichy France*, e em 1973, na França, *La France de Vichy* (Paxton, 1997). A partir de então, a historiografia sobre a França durante a Segunda Guerra Mundial, em

²⁶ Cf. ROUSSO, Henry. *Syndrome de Vichy. De 1944 à nos jours*. 2ème éd. Paris, Éditions du Seuil, 1990 (1ª ed. 1987); LABORIE, Pierre. *Le chagrin et le venin*. La France sous l'Occupation, mémoire et idées recues. Montrouge: Bayard, 2011.

²⁷ LABORIE, Pierre. “L’idée de Résistance, entre définition et sens: retour sur un questionnement.” In: LABORIE, Pierre. *Les Français des années troubles*. De la guerre d'Espagne à la Libération. Paris: Seuil, 2003, p. 67 (artigo foi publicado originalmente em 1998, em *Cahiers de l'IHTP*, número especial, dez. de 1997).

²⁸ BÉDARIDA, François. “L’histoire de la Résistance: lectures d’hier, chantiers de demain.” *Vingtième Siècle*, Paris, n. 11, jul-set, 1986 *Apud* LABORIE, Pierre. *L’idée de Résistance, entre définition et sens*, op. cit.

particular, sobre o Regime de Vichy deu uma guinada. O impacto da tese de Paxton foi chamado de *revolução paxtonienne*²⁹. Por meio de documentação, Paxton demonstrou que o Estado nascido da derrota, a França de Vichy, não era um fantoche da Alemanha, mas o próprio Estado francês reformulado. A nova conjuntura de 1940 abriu espaço para a extrema-direita, nacionalista, antissemita, crítica dos valores liberais. Paxton comprovou com documentação, inclusive, a participação do Estado francês no Holocausto, contribuindo, nesse sentido: 1) a promulgação de legislação antissemita: entre outubro de 1940 e setembro de 1941, foram 57 textos de leis e decretos relativos a restrições de direitos dos judeus; 2) a atuação da polícia francesa no recenciamento dos judeus residentes no país (franceses ou não); 3) a atuação da polícia francesa na prisão e na deportação para os campos de trânsito - os campos franceses -, de concentração e extermínio, no Leste.

Essa inflexão desencadeou, nos anos seguintes, pesquisas de temas e objetos até então tabus, assim como novas abordagens para antigas temáticas. A colaboração do Estado francês e de segmentos expressivos da população; os comportamentos sociais durante os anos 1940-44, na zona ocupada e na *zona libre*; os campos franceses de trânsito e confinamento dos “indesejáveis”; a questão dos espanhóis e catalães refugiados da Guerra Civil, desde inícios de 1939; “a estranha derrota” (Marc Bloch); a fragilidade dos valores da Revolução Francesa; as referências da Terceira República; o antissemitismo francês; os comportamentos das Igrejas católica e protestantes etc.

A iniciativa que colocou em xeque a interpretação hegemônica, na opinião pública e na historiografia, não se restringiu ao mundo acadêmico. Contudo, os historiadores desempenharam um papel essencial nesse processo. Nesse revisionismo, não negaram a existência de ações concretas e variadas de Resistência. O que rejeitaram foi a reconstrução desse passado recente que atribuiu uma dimensão para o fenômeno sem correspondência com a realidade.

No que diz respeito aos comportamentos sociais diante da difícil situação da França vencida, desde os anos 1990, a historiografia da geração paxtonienne chegou a uma interpretação mais refinada, mais complexa. Nesta direção, as revisões de Pierre

²⁹ Cf. FISHMAN, Sarah; DOWNS, Laura Lee; SINANOGLU, Ioannis; SMITH, Leonard V. e ZARETSKY, Robert (orgs.). *La France sous Vichy: autour de Robert O. Paxton*. Paris: IHTP/CNRS; Bruxelas: Editions Complexe, 2004.

Laborie deram contribuição inestimável. Entre a colaboração mais aguerrida com o ocupante estrangeiro e a resistência mais combativa a ele, foram inúmeros os comportamentos sociais diante de um cotidiano – e suas necessidades – que se impunham: omissões, adaptações, *attendisme*³⁰; capacidade de dizer não a certas situações e dizer sim a outras... Tampouco os franceses foram, como se interpretou em dado momento, colaboradores entre 1940 e 1942, e resistentes entre 1943 e 1944. Para compreender a complexidade dos comportamentos, o historiador trabalhou os conceitos ambivalência, pensar-duplo e zona cinzenta, este desenvolvido por Primo Levi como chave para a compreensão dos comportamentos de uma situação-limite: a existência em Auschwitz.

Embora o livro de Robert O. Paxton tenha sido publicado em 1972, como vimos, somente em 16 de julho de 1995, Jacques Chirac, então presidente da República Francesa, reconheceu a responsabilidade do Estado francês na entrega à Alemanha nazista de perseguidos pelo regime. Era a primeira vez que um chefe de Estado o fazia. Citamos Chirac:

Sim, a loucura criminoso do ocupante foi auxiliada por franceses, pelo Estado francês (...). A França, pátria dos Iluministas e dos Direitos do Homem, terra de acolhimento e de asilo, a França, neste dia, realizava o irreparável. Faltando com a palavra, entregava os que tinha sob sua guarda a seus carrascos³¹.

O discurso do presidente Chirac foi pronunciado na comemoração da grande razia do Velódromo de Inverno, ocorrida em 16 e 17 de julho de 1942, quando, em Paris e na região parisiense, cerca de dez mil homens, mulheres e crianças judeus foram presos no estádio de corridas de bicicleta. Nele, esperaram dias, até serem enviados a campos de trânsito, abertos pelo governo de Vichy e, em seguida, juntos a outros judeus aprisionados, posteriormente, em Paris e no interior do país, conduzidos em 74 trens em direção a Auschwitz.

³⁰ *Attendisme* e *attendistes*, do verbo *attendre*, esperar, não tem uma tradução precisa para o português; no contexto tratado pelo autor, refere-se aos franceses que não assumiram uma posição explícita quando da derrota da França para a Alemanha nazista, da Ocupação e do estabelecimento do Regime de Vichy, esperando os desdobramentos de um mundo em guerra para se posicionarem a respeito da nova realidade.

³¹ Jacques Chirac. Discurso do presidente da República, na comemoração da grande razia do Vel' d' Hiv, de 16 e 17 de julho de 1942. Paris, 16/07/1995. www.sunderland.ac.uk/~os0tmc/occupied/chirac.htm Last Update 16-Oct-00. Acesso em 08/02/2007. Nota-se que eram os primeiros meses do primeiro mandato de Chirac, como observou Vincent Duclert. "Le Panthéon, un double enjeu". *Libération*. Paris, 19/01/2007, p. 28.

As palavras de Chirac causaram enorme impacto, sendo muito bem recebidas pela comunidade judaica. François Mitterrand, presidente socialista que o antecederia, nunca admitiu a participação do Estado francês no genocídio. Alegava que Vichy não era a República Francesa, o Estado francês, jogando com as palavras e os conceitos, num mal-estar que falava de muitas questões, inclusive de seus compromissos com o regime. Mas o próprio general Charles de Gaulle jamais o fez. Até então, prevalecera entre os chefes de Estado a tese de que Vichy era um Estado ilegítimo. A República, o Estado legítimo, estava em Londres, com De Gaulle. O Estado que participara no crime não era o francês, não era a França. Uma negação, se não dos fatos, ainda não comprovados por meio da documentação, da realidade que esses homens políticos haviam vivido e testemunhado.

O discurso do gaullista Chirac, afirmou Jean-Michel Thénard “virou a página de uma mitologia gaullista perniciosa”³². Chirac dizia “oportunamente” à nação, em 1995, ainda seguindo as palavras do jornalista, “o que para todo historiador é evidente e perfeitamente estabelecido”, como avaliara Philippe Joutard³³.

Na Libertação, a história tornara-se prisioneira da memória. Foi necessária, então, *outra resistência*. Agora, a resistência à memória, em defesa da história. Nesse combate, o revisionismo deu preciosa contribuição.

2) Negacionismos

Negacionismos no século XX

Pouco antes da derrocada da Alemanha na Segunda Guerra Mundial, os nazistas tentaram apagar as provas dos crimes cometidos nos campos de extermínio, destruindo fornos crematórios e documentação escrita, desenterrando corpos de valas comuns para incinerá-los etc. Henry Rousso observa, contudo, que, terminado o conflito, no Tribunal de Nuremberg (1945-46), que pretendeu julgar lideranças do nazismo, os acusados pelos crimes do regime não negaram os fatos pelos quais eram acusados. O mesmo ocorreu nos tribunais que colocaram no banco dos réus os colaboradores franceses durante a ocupação (1940-44). Nessas ocasiões, os incriminados chegaram por vezes a declarar que

³² THÉNARD, Jean-Michel. “Vérité”. Editorial. *Libération*. Paris, 19 de janeiro de 2007, p. 2.

³³ JOUTARD, Philippe. “Préface”. GUILLON, Jean-Marie e LABORIE, Pierre (dirs.). *Mémoire et Histoire*. La Résistance. Toulouse, Privat, 1995, p. 10.

desconheciam os crimes ou não eram responsáveis por eles, sem, contudo, negá-los como crimes³⁴.

A inflexão data do início da Guerra Fria, em 1947, quando apareceram as iniciativas de negar a existência dos campos de extermínio nazistas, dos fornos crematórios ou a dimensão dos crimes neles perpetrados. A negação de fatos fartamente documentados, sobretudo por imagens e testemunhos, foi assumida, não por antigos nazistas e colaboradores dos territórios ocupados durante a expansão alemã, mas por intelectuais e políticos que não tinham envolvimento direto nos crimes³⁵. O conceito de negacionismo, entretanto, apareceu na historiografia somente a partir de 1987, no clássico *Le syndrome de Vichy (A síndrome de Vichy)*, de Henry Rousso.

A partir de então, o conceito de negacionismo se difundiu entre os historiadores para se referir à negação do Holocausto, fenômeno já em curso, como dissemos, desde os primeiros anos da Guerra Fria. Portanto, tal negação esteve marcada pelo caráter ideologizado dos embates da nova fase, que, por vezes, assumiu pretensões historiográficas e acadêmicas.

Apesar da formulação do conceito de negacionismo, muitos políticos, intelectuais e historiadores continuaram usando o termo revisionismo para designar a negação dos crimes nazistas, explorando, alguns mais explicitamente, outros menos, a conotação pejorativa nele implícita em virtude de outras polêmicas. O apego ao termo revisionismo também se explica pelo fato de os negacionistas se dizerem revisionistas, para dourar o *status* de sua argumentação, alegando que ofereciam uma *revisão* dos crimes nazistas ou uma *revisão* da sua dimensão.

Foi o francês Robert Faurisson o primeiro a sugerir o uso da expressão “revisionismo histórico” para se referir a escritos dedicados à negação deliberada dos crimes cometidos pelo nazismo contra os judeus³⁶. Professor de literatura em Lyon II, Faurisson tinha uma carreira acadêmica consolidada, quando em 1978, escreveu artigo em que colocava em questão a existência das câmaras de gás nos campos de extermínio

³⁴ ROUSSO, Henry. “Les racines du négationnisme en France”. *Cités*, 2008/4 (nº 36), p. 51-62.

³⁵ Cf. ROUSSO, Henry. *Les racines du négationnisme en France*, op. cit.; ROUSSO, Henry. *Syndrome de Vichy*, op. cit.; TROPER, Michel. “La loi Gayssot et la Constitution”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. 54^e année, N. 6, 1999. pp. 1239- 1255.

³⁶ MORAES, Luís Edmundo. “Negacionismo: a extrema-direita e a negação da política de extermínio nazista”. In: SCHURSTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Francisco Carlos Teixeira; SILVA, Giselda Brito. *Velhas e Novas Direitas: a atualidade de uma polêmica*. Recife: EDUPE, 2014, p. 75.

nazista. O artigo acabou sendo publicado pelo jornal *Le Monde* em dezembro daquele ano e suscitou viva polêmica. Em 1979, no mesmo periódico, Faurisson publicou outro texto, como direito de resposta, em que afirmava:

Até 1960, eu acreditava na realidade desses massacres gigantescos em "câmaras de gás". Então, quando li Paul Rassinier, ex-deportado resistente e autor da Mentira de Ulisses, comecei a ter dúvidas. Após catorze anos de reflexão pessoal, depois quatro anos de investigação incansável, adquiri a certeza, como vinte outros autores **revisonistas**, de que estava diante de uma mentira histórica (Grifo nosso).³⁷

O uso de expressões como "revisonismo" ou "revisonista" dava às teses defendidas por Faurisson e outros negadores do Holocausto um aspecto de "verdade acadêmica/científica" da qual elas careciam e a qual reivindicavam. Como Faurisson foi o primeiro negador do Holocausto advindo dos meios acadêmicos, suas ideias causaram certo impacto e influência. É o caso, por exemplo, do grupo reunido em torno do *Institute for Historical Review* (IHR). Fundado em 1978, na Califórnia, o grupo era também responsável pela publicação do *Journal of Historical Review* (JHR) e reunia indivíduos que professavam profundo antissemitismo.

De acordo com Deborah Lipstadt, a fundação do IHR tinha um objetivo claro: "mover a negação da margem lunática do extremismo racial e antissemita para o domínio da respeitabilidade acadêmica".³⁸ Assim, o IHR, se organizou desde fins dos anos 1970, segundo Lipstadt, de forma inovadora: como instituto de pesquisa. Seguindo esse padrão, fundaram sua revista de circulação trimestral, o JHR, e organizavam anualmente "congressos sobre revisonismo". Apesar da forma inovadora de organização, no entanto, sua agenda professava o velho negacionismo de sempre, baseado em tentativas de reabilitação do nazismo e retórica racista e antissemita³⁹.

Assumir, portanto, que termos como *revisonismo* e *negacionismo* possam ser utilizados como sinônimos não deixa de ser uma forma de ceder às ambições de cientificidade e demanda por respaldo acadêmico de notórios negacionistas, como Faurisson ou o grupo em torno do IHR.

Deborah Lipstadt também foi categórica a esse respeito:

Como o movimento para disseminar esses mitos não é acadêmico nem

³⁷ *Le Monde*, 16/01/1979.

³⁸ LIPSTADT, Deborah E. *Denying the Holocaust*. The Growing Assault on Truth and Memory. Plume, 1994, p. 141.

³⁹ LIPSTADT, Deborah E. *Denying the Holocaust*, op. cit., p. 142.

historiográfico, escolhi evitar o termo revisionismo sempre que possível e, em vez disso, usar o termo *negação* para descrevê-lo. A escolha por parte dos negacionistas do nome *revisionista* para descrever a si mesmos é indicativa de sua estratégia básica de engano e distorção e de sua tentativa de se retratar como historiadores legítimos envolvidos na prática tradicional de iluminar o passado. Para os historiadores, de fato, o nome revisionismo tem uma ressonância perfeitamente legítima [...].⁴⁰

Rouso, ao elaborar o conceito de negacionismo, procurou colocar os pingos nos *is*. Sustentou, com perspicácia, que o revisionismo é da natureza do trabalho científico, por meio do qual temáticas e interpretações são constantemente revisitadas em função de arquivos, documentação, abordagens, distanciamento no tempo etc. Integra, assim, o processo de produção do conhecimento. Por meio das revisões, o conhecimento atualiza-se e se desenvolve. Outros historiadores como Pierre Laborie⁴¹ e Enzo Traverso⁴² endossaram os argumentos de Rouso. A diferenciação entre os dois conceitos é, portanto, fundamental. O revisionismo atua em favor da história; o negacionismo, ao contrário, ao relativizar ou desqualificar fatos e testemunhos, atua contra a própria história⁴³. Em tempos de desprestígio dos fatos na compreensão do passado, lembremos Carlo Ginzburg que defendeu, em *O juiz e o historiador* (1993), as noções de *prova* e de *verdade* como parte constitutiva do ofício do historiador⁴⁴.

Formulado em referência à negação dos crimes nazistas, desde então, o conceito de negacionismo foi estendido para designar todos os casos de negação de crimes em massa, em geral associados a genocídios⁴⁵. Da mesma forma, o termo de direito internacional “crimes contra a humanidade”, surgido em Nuremberg, passou a ser

⁴⁰ LIPSTADT, Deborah E. *Denying the Holocaust*, op. cit., p. 25.

⁴¹ LABORIE, Pierre. “Négationnisme”. In: LABORIE, Pierre. *Les mots de 39-45*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2006.

⁴² TRAVERSO, Enzo. *La historia como campo de batalla*. Interpretar las violencias del siglo XX. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2016.

⁴³ LABORIE, Pierre. “Négationnisme”, op. cit.

⁴⁴ GINZBURG, Carlo. *El juez y el historiador*. Consideraciones al margen del proceso Sofri. Madrid, Anaya & Mario Muchnik, 1993.

⁴⁵ Para ficarmos apenas no século XX, citemos alguns deles. A negação do Estado turco até hoje do genocídio armênio, perpetrado pelo Império Otomano durante a Grande Guerra, inclusive, criminalizando a associação do Estado turco ao genocídio. A negação por parte do Estado soviético do massacre ocorrido nas florestas de Katyn e proximidades, na Rússia, em abril e maio de 1940, quando cerca de 22 mil oficiais (prisioneiros de guerra), policiais e cidadãos poloneses foram sumariamente executados. Foi somente no quadro da crise final do Estado soviético, durante a Glasnot, em 1990, que Mikhail Gorbachev reconheceu a responsabilidade do Estado e, ainda assim, não como crime de guerra ou assassinato de massa. Lembrar igualmente a ONG Memorial russa desmascarando este negacionismo específico. Outro caso conhecido é a negação do genocídio perpetrado em Ruanda por membros da elite política dos *Hutus*, diante do Tribunal Penal Internacional para Ruanda. O Tribunal foi criado pelo Conselho de Segurança da ONU, em novembro de 1994, para julgar o massacre ocorrido entre abril e julho.

utilizado na acusação de perpetradores de massacres de grandes proporções por motivos raciais ou religiosos.

Nos embates ideológicos da Guerra Fria, muitas vezes apresentados como políticos e mesmo historiográficos, homens e mulheres públicos, intelectuais e historiadores frequentemente atribuíram caráter negacionista a iniciativas revisionistas, tentando, com isso, desqualificar procedimento próprio ao trabalho científico. O Tribunal de Nuremberg esteve nesse limiar entre a realidade da aliança das potências na Segunda Guerra na luta contra o nazismo e a nova fase que se anunciava, caracterizada pelo desgaste e logo pela ruptura da aliança entre as democracias ocidentais e a URSS. Crimes cometidos pelos países aliados e encobertos ou silenciados nas formulações da acusação do Tribunal de Nuremberg vieram à tona, nos anos seguintes, servindo como argumento para a desculpabilização dos crimes da Alemanha nazista. Uma das acusações centrais da promotoria do Tribunal formada por representantes dos países vencedores (EUA, URSS, Grã-Bretanha e França) referiu-se ao “plano ou conspiração comum para cometer Crimes contra a Paz, Crimes de Guerra e Crimes contra a Humanidade”. Robert Gellately destaca que, relacionadas aos “crimes contra a paz” estavam as guerras de agressão. Sob essa acusação, foram julgados somente os “agressores” alemães da Polônia, evento que deu início à guerra em setembro de 1939, mas não os “agressores” soviéticos⁴⁶. Amparada em cláusula secreta do pacto germânico-soviético, de agosto de 1939, a URSS, invadiu a Polônia pelo Leste, como se sabe, enquanto a Alemanha o fazia a Oeste, colocando em prática os entendimentos secretos conjuntamente estabelecidos em 1939. Em Nuremberg, a URSS não só não estava no banco dos réus; mas estava no púlpito da promotoria. Outro ponto da acusação também problematizado por Gellately, que veio a ser evocado pelos negacionistas, já iniciada a Guerra Fria, diz respeito ao fato de que “nenhum dos arguidos indiciados perante o Tribunal Militar Internacional foi especificamente acusado da perseguição e do homicídio de judeus”. Os “Crimes contra a humanidade” envolvendo “assassínio, extermínio, escravidão, deportação e outros

⁴⁶ GELLATELY, Robert (org.). *Entrevistas de Nuremberga*. Conduzidas por Leon Goldensohn. Lisboa, Tinta-da-China, 2006.

actos desumanos cometidos contra populações civis, antes de e durante a guerra” fizeram referência à “perseguição por motivos políticos, raciais ou religiosos...”⁴⁷.

O termo genocídio, cunhado pelo jurista polonês Raphael Lemkin, em 1944, bem como holocausto, então ressignificado, não teriam aparecido, segundo Robert Gellately, em Nuremberg, e só se tornaram correntes mais tarde⁴⁸. Isso levou o historiador a interpretar que o genocídio dos judeus não foi tratado diretamente como tal, no Tribunal, o que teria servido, em seguida, para estimular os que o colocaram em xeque. No entanto, o termo “holocausto” foi mencionado ao menos uma vez em Nuremberg. Na página 531 do volume 21 da compilação “Trial of the Major Criminals before International Military Tribunal”, a palavra foi utilizada como sinônimo de destruição generalizada. O termo “genocídio”, por sua vez, foi empregado várias vezes no Tribunal Militar Internacional, já no sentido estabelecido por Lemkin. Apenas no volume 19 da compilação “Trial of the Major Criminals before International Military Tribunal”, o conceito foi usado onze vezes. O genocídio ainda não tinha sido codificado como crime, mas já era pensado desta forma. Sua codificação como tal ocorreu somente em 1948, no contexto da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, concluída em Paris, em 11 de dezembro daquele ano. Seja como for, para Gellately, nos anos seguintes, outras “ausências” no Tribunal teriam sido usadas por negacionistas na contestação dos crimes nazistas e/ou a sua relativização, na busca de desculpabilização. Entre elas, estavam as destruições de cidades alemãs e suas populações civis pela Real Força Aérea Britânica, bem como da norte-americana, em particular, o bombardeio de Dresden. Além das bombas atômicas lançadas pelos EUA no Japão, especialmente, em Hiroshima e Nagasaki, em 1945, atingindo fundamentalmente civis. A Justiça de Nuremberg fora a justiça dos vencedores, argumentavam os negacionistas.

Com o reposicionamento da URSS no cenário internacional, iniciada a Guerra Fria, o país passou a ser acusado de crimes semelhantes aos do nazismo. O conceito de totalitarismo usado para se referir ao sistema alemão, logo passou a servir para aludir ao novo inimigo, o Estado soviético. Basta lembrar a publicação de *Origens do totalitarismo*,

⁴⁷ GELLATELY, Robert (org.). *Entrevistas de Nuremberga*, op. cit., p. 20-21.

⁴⁸ GELLATELY, Robert (org.). *Entrevistas de Nuremberga*, op. cit., p. 20.

de Hannah Arendt (1951)⁴⁹, obra que exerceu grande influência no estudo e debates comparativos entre os dois sistemas totalitários, o nazista e o stalinista (ou comunista). Ainda assim, vale notar que a sofisticação da obra distancia a filósofa daqueles que tentaram instrumentalizar suas análises, inclusive, distorcendo-as, nos embates extremados e limitadores de um mundo polarizado. O tema mobilizou políticos, intelectuais, acadêmicos, jornalistas, num debate no qual a ideologia predominou. Atualmente, tais estudos comparativos entre os dois sistemas parecem ter saído do universo de interesses tanto da política, estrito senso, como da academia.

Dois episódios foram emblemáticos nessa inflexão dos primeiros anos de disputas. O primeiro data de novembro de 1949: David Rousset, militante francês trotskista, sobrevivente de Buchenwald e Dora, fez um apelo aos ex-deportados comunistas, na imprensa francesa, para que denunciassem a existência de campos soviéticos. Se a opinião pública se chocara com as notícias e imagens dos campos nazistas que já não mais existiam, devia, então, se mobilizar contra os campos de trabalho forçado que permaneciam ativos no regime stalinista. A iniciativa de Rousset abriu uma polêmica acalorada na França, dividindo associações de sobreviventes do Holocausto, rendendo-lhe acusações e insultos na imprensa comunista e um processo de difamação na Justiça pelo Partido Comunista Francês (PCF), vencido por Rousset⁵⁰. Ou seja, os ex-deportados da esquerda stalinista denunciavam as atrocidades sofridas e testemunhadas, cometidas pelos nazistas, mas silenciavam ou mesmo negavam a existência do sistema concentracionário do Gulag. Afinal, do que se tratava: denunciar e julgar crimes em massa cometidos por Estados ou defender a qualquer custo determinado sistema? Rousset, como intelectual do século XX, continuou seu combate. Afinal, como disse o grego, inesquecível personagem dos testemunhos de Primo Levi, *la guerre est toujours*.

O segundo episódio envolveu Paul Rassinier, professor e político francês, socialista, com uma passagem pelo comunismo, pacifista, militante da Resistência na zona ocupada. Preso em 1943, no ano seguinte foi deportado para Buchenwald e, depois, para Dora. Considerado um dos fundadores do negacionismo do Holocausto, em 1950,

⁴⁹ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*, op. cit.

⁵⁰ TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la Mémoire*. Paris: Arléa, 2004; ROUSSO, Henry. *Les racines du négationnisme en France*, op. cit.; ROUSSO, Henry. *La hantise du passé*. Entretien avec Philippe Petit. Paris: Les Éditions Textuel, 1998; ROUSSO, Henry. *Syndrome de Vichy*, op. cit.

publicou o livro *Le mensonge d'Ulysse*, no qual colocou em questão os testemunhos de sobreviventes de campos de concentração nazistas, a existência das câmaras de gás e o extermínio dos judeus. Tratava-se, antes, de uma mentira forjada pelos próprios judeus, responsáveis pela guerra, com a intenção de servir a seus interesses e os do Estado de Israel⁵¹.

Segundo Henry Rousso, a rejeição ao comunismo soviético e o pacifismo de Rassinier estavam na origem e na motivação de seu comportamento negacionista. Temendo que as denúncias dos crimes nazistas levassem a uma nova guerra, procurou desculpar a Alemanha nazista de seus crimes, acreditando que tal iniciativa colocaria em evidência os crimes de Stalin, assim como os do capitalismo fomentador de guerras. Nesse combate, se aproximou da extrema direita, mantendo-se, entretanto, no campo socialista e próximo a meios anarquistas⁵².

Portanto, o negacionismo do Holocausto não se limitou ao campo das extremas direitas identificadas com o nazismo, mas serviu também às extremas esquerdas antissionistas, reatualizando o antisemitismo no contexto da criação do Estado de Israel (1948)⁵³. Os negacionistas possuem ligações ideológicas diversas, como observou Pierre Laborie⁵⁴. Nas palavras de Pierre Vidal-Naquet,

o revisionismo [referia-se ao negacionismo] se encontra na encruzilhada de ideologias muito diversas e, por vezes, contraditórias: o antisemitismo de tipo nazista, o anticomunismo de extrema direita, o anti-sionismo, o nacionalismo alemão, os diversos nacionalismos dos países do Leste europeu, o pacifismo libertário, o marxismo de ultraesquerda.⁵⁵

⁵¹ ROUSSO, Henry. *Les racines du négationnisme en France*, op. cit.

⁵² VIDAL-NAQUET, Pierre. *Thèses sur le "révisionnisme"* (1985), op. cit., pp. 103-132.

⁵³ Ver, por exemplo, o caso do grupo de extrema esquerda fundado na França em meados dos anos 1960 e ligado à livraria e, mais tarde, editora *La Vieille Taupe*. Como livraria, *La Vieille Taupe* funcionou entre 1965 e 1972. A partir de 1979, uma editora dirigida por um dos antigos membros da livraria passou a utilizar o nome *La Vieille Taupe* e, sob este selo, imprimia obras de viés negacionista. Ainda em 1970, publicaram a brochura *Auschwitz ou le Grand Alibi*, reprodução de um artigo anônimo publicado em 1960 no *Programme communiste*, órgão de um outro grupo marxista, fundado por Amadeo Bordiga. O panfleto ancorava-se numa forte oposição ao "antifascismo". Este era considerado perigoso pelas extremas esquerdas uma vez que, ao fazer do fascismo e do nazismo em particular "um mal absoluto pela demonstração de seus crimes, o antifascismo produz o encobrimento dos crimes cometidos pela 'democracia burguesa' e pelo stalinismo" (MORAES, 2014, p.70). Assim, o "grande alibi" do antifascismo, de acordo com os ultra-marxistas de *La Vieille Taupe*, teria sido a exterminação dos judeus por Hitler (Cf.: VIDAL-NAQUET, Pierre. *Thèses sur le "révisionnisme"* (1985), op. cit., p.20). Cf. também: DELY et VIROT. *Libération*. 21/08/1996. https://www.liberation.fr/societe/1996/08/21/la-lente-insinuation-des-revisionnistes-quand-l-ultragauche-remet-en-cause-la-realite-du-genocide-ju_179222. Acesso realizado em 29/03/2020.

⁵⁴ LABORIE, Pierre. "Négationnisme", op. cit.

⁵⁵ VIDAL-NAQUET, Pierre. *Thèses sur le "révisionnisme"* (1985), op. cit., p. 114.

Curiosamente, no contexto da polêmica acima tratada, quando ex-deportados comunistas dos campos nazistas negaram a existência dos campos soviéticos, posição que se estendeu até a divulgação dos crimes do período stalinista, em 1956, por Nikita Khrushchev, sucessor de Stalin, morto em 1953, o termo negacionista não serviu para se referir à esquerda stalinista. Embora a negação da existência dos campos, bem como de outros crimes cometidos pelo stalinismo já tenha sido amplamente assinalada e criticada, a adjetivação negacionista não lhe foi atribuída⁵⁶.

Enfim, a partir de 1947, a negação do Holocausto mobilizou grandes confrontos, sobretudo a partir dos anos 1970, e esteve presente nas mídias, na política, na academia. Política, ideologia e historiografia se interpenetraram e polêmicas acabaram na Justiça. Nesse movimento, o debate envolveu crimes do mundo comunista e do mundo capitalista, mesmo depois da queda do muro de Berlim (1989) e da desagregação da URSS (1991).

Em 1997, foi publicado, por exemplo, o *Livro negro do comunismo*, obra coletiva organizada pelo historiador francês Stéphane Courtois. Rememorando os 80 anos da Revolução Russa, fez um amplo balanço de crimes imputados a diferentes Estados. Em resposta, saiu, no ano seguinte o *Livro negro do capitalismo*, organizado por Gilles

⁵⁶ Veja-se, por exemplo, as controvérsias acadêmicas e ideológicas suscitadas ainda hoje em torno do papel desempenhado pela URSS e por Stálin, em particular, na grande fome ocorrida na Ucrânia entre 1932 e 1933. De acordo com Pauline Peretz, embora existam importantes diferenças entre os pesquisadores quanto à interpretação dos eventos, sobre a parte da responsabilidade a ser atribuída à Stalin e suas motivações, “os historiadores que fizeram da fome objeto de seus estudos, quebrando, assim, o muro do silêncio, são unânimes: os ucranianos foram verdadeiramente condenados à fome entre 1932 e 1933, apesar do que dizem todos os desmentidos, oficiais ou não”. A autora chama atenção para o fato de que desde o começo da grande fome, constituiu-se um complô de silêncio, cuja iniciativa partiu de Moscou, e que permite falar de um verdadeiro “negacionismo” stalinista no que diz respeito ao fato (PERETZ, Pauline. “La Grande Famine ukrainienne de 1932-1933: essai d'interprétation”. In: *Revue d'études comparatives Est-Ouest*, vol. 30, 1999, nº1. Dossier: “Retours sur le passé” pp. 31-52, p. 31-32). Ainda assim, o tema provoca muitas controvérsias e a atribuição da pecha de “negacionistas” àqueles que não reconhecem o papel deliberado do Estado soviético nos eventos ocorridos na Ucrânia, são até hoje objeto de politização. A partir de 2004, por exemplo, o tema da grande fome da Ucrânia nos anos 1930, passou a ser retomado em debates por vezes acalorados nas diversas instâncias legislativas da União Europeia. Não obstante, em tais discussões, frequentemente travadas em nome da história, esta foi inúmeras vezes instrumentalizada em função dos interesses políticos do momento. Nesse sentido, importantes reflexões, em torno das quais historiadores vêm avançando para melhor compreender tais episódios, acabaram reduzidas aos debates entre esquerdas e direitas ou entre eurocéticos e europeístas. (Cf.: PERCHOC, Philippe. “Un passé, deux assemblées. L'Assemblée Parlementaire du Conseil de l'Europe, le Parlement Européen et l'interprétation de l'histoire (2004-2009)”. In: *Revue d'études comparatives Est-Ouest*, 2014/3 (Nº 45), pp. 205-235, p. 220. DOI: 10.4074/S0338059914003088. URL: <https://www.cairn.info/revue-revue-d-etudes-comparatives-est-ouest1-2014-3-page-205.htm>).

Perrault, jornalista e escritor francês, com a formulação em contraponto aos crimes atribuídos ao sistema capitalista e seus Estados.

As acusações e as negações dos crimes cometidos pelos dois sistemas totalitários (nazista e soviético), acrescidos então pelas denúncias de crimes cometidos por Estados democráticos (em Dresden, Hiroshima, Nagasaki etc.) serviram menos para fazer justiça e mais para jogar o jogo do mundo pós-1945, onde as posições ideológicas prevaleceram. Da mesma forma, apesar dos avanços no conhecimento da história do século XX, esse nem sempre foi o objetivo das análises e debates, mas a afirmação de ideologias e/ou de tendências políticas de cores diversas.

O contexto em que o negacionismo, como conceito historiográfico, foi formulado é o da ascensão de Mikhail Gorbachev (1985-1991), último secretário geral da URSS. Suas posições e ações inauguraram a última fase da Guerra Fria ou renunciaram o fim da polarização e o colapso do bloco soviético e da própria URSS, embora isso não fosse evidente na época. Contudo, Gorbachev apenas admitiu a responsabilidade do Estado soviético no massacre da Katyn em 1990.

Com a derrota do socialismo, as extremas direitas europeias ganharam fôlego, por vezes, reivindicando o legado nazista, por vezes, buscando no presente suas referências. Na década de 1990, a guerra da Iugoslávia (1991-2001), país que reuniu diferentes nações ao longo do século XX, quatro décadas sob regime socialista, trazia de volta à Europa a realidade de massacres em massa e genocídios. Por outro lado, a partir da desagregação da URSS, aos poucos, a União Europeia parecia se afirmar como o inevitável futuro do continente. E, a partir de 2004, quando o bloco começou a crescer em direção ao Leste⁵⁷, mais uma vez, os fantasmas do passado retornaram, confrontando a UE não apenas com formas diversas de negação da história, mas também com o desafio de fazer dois distintos “imperativos categóricos de memória”, o Holocausto e o Gulag, coexistirem sem despertarem soluções recíprocas de negacionismo⁵⁸.

57 Em 2004, a UE passou pelo que ficou conhecido como seu “quinto alargamento incorporando dez novos países membros, a maior parte deles, antigas Democracias Populares: República Tcheca, Eslováquia, Polônia, Hungria, Eslovênia, Letônia, Lituânia e Estônia, além de Chipre e Malta. Em 2007, o “sexto alargamento” incluiu a Bulgária e a Romênia e em 2013, a Croácia tornou-se o 28º país-membro do bloco, consolidando a expansão do bloco a Leste. Cf.: https://europa.eu/european-union/about-eu/history_en. Acesso realizado em 28/01/2020.

58 DROIT, Emmanuel. “Le Goulag contre la Shoah. Mémoires officielles et cultures mémorielles dans l'Europe élargie”. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*. 2007/2, nº 94, p. 102.

A partir do caso emblemático da Hungria, país colaborador da Alemanha nazista, nos anos da Segunda Guerra, e submetido ao domínio da URSS, após o fim do conflito mundial, veremos a seguir, de que forma as heranças das controvérsias em torno dos revisionismos e negacionismos impõem desafios para o século XXI.

Legados do século XX

Quem passa hoje pela Praça da Liberdade (*Szabadság Tér*), uma das mais belas de Budapeste, capital da Hungria, encontra, entre as muitas edificações e monumentos que compõem seu conjunto arquitetônico, uma obra que chama particularmente a atenção: o monumento dedicado à memória das “vítimas da ocupação alemã”, ocorrida em março de 1944, durante a Segunda Guerra Mundial. Concebido pelo artista plástico Péter Párkányi Raab, o monumento consiste em um conjunto formado por um anjo, Gabriel, representando a Hungria – vítima inocente –, sendo atacada pela águia imperial alemã.

A ordem para a construção do monumento veio no último dia de 2013, emitida pelo governo neoconservador e nacionalista de direita do partido FIDESZ – União Cívica Húngara⁵⁹. A ideia era que estivesse pronto em 19 de março de 2014, dia exato em que se comemorariam os 70 anos da Ocupação alemã.

Mas se o monumento chama atenção de quem passa, o mesmo ocorre com o seu entorno imediato: sobreviventes dos campos de concentração e extermínio ou familiares que tiveram seus antepassados assassinados deixam, permanentemente, pertences e lembranças de seus entes queridos. Organizam protestos e debates, em uma tentativa de mobilizar a opinião pública, opondo à narrativa oficial do Estado húngaro, um relato alternativo. Cartas e textos, em diversas línguas, juntamente com os outros objetos e recordações compõem o chamado “*Eleven Emlékmű*” (*Memorial Vivo*), um “contra-

⁵⁹ Fundado em 1988, o FIDESZ – União Cívica Húngara, é um partido político nacionalista de direita, cujo presidente é o atual primeiro ministro da Hungria, Viktor Orbán. Quando de sua formação, em fins dos anos 1980, o FIDESZ surgiu como um movimento que reunia jovens contrários ao regime de partido único da então República Popular da Hungria e se auto definia como “liberal, radical e alternativo”. Tornou-se gradualmente um partido conservador e antiliberal. Embora seu aliado tradicional seja o Partido Popular Democrata Cristão (KDNP), no âmbito da política interna, vem se aproximando cada vez mais de posições da extrema-direita. Cf.: <http://dictionnaire.sensagent.leparisien.fr/Fidesz-Union%20civique%20hongroise/fr-fr/>. Acesso em 27/01/2020.

monumento”⁶⁰ que, essencialmente, acusa o governo da Hungria de propor uma releitura da história que nega e falsifica o passado. Quanto a isso, um dos textos ali presentes é taxativo: “Com paciência e perseverança, nós testemunhamos que o único modo de compreender e superar o passado não é através de sua negação ou acobertamento, mas encarando-o com responsabilidade”⁶¹.

De acordo com Agnes Erőss, as “políticas simbólicas” têm sido parte importante da atuação do FIDESZ desde o seu retorno ao poder, em 2010.⁶² A partir de então, o governo vem investindo, por exemplo, em extenso processo de renomeação dos espaços públicos, substituindo palavras estrangeiras por outras de origem húngara e suprimindo da paisagem urbana homenagens públicas a personagens considerados “esquerdistas”. Ao mesmo tempo, figuras e eventos ligados ao período entre-guerras, marcado pela emergência de um governo autoritário e comprometido com a criação de leis raciais, foram reabilitados e festejados pelas políticas cívicas do novo governo. A recuperação da figura do próprio Almirante Miklos Horthy, chefe de Estado entre as décadas de 1920 e 1940, é um dos sintomas mais claros de uma política de reconciliação da Hungria com sua história nacional, baseada no silenciamento e na relativização dos crimes do passado. E é exatamente contra tais processos que os manifestantes reunidos em torno do “Eleven Emlékmű”, na Praça da Liberdade, protestam. Para eles, a escultura do Anjo Gabriel/Hungria atacado pela águia alemã

reflete obsequiosamente a nova lei fundamental colocada em vigor pelo Fidesz, populista e autoritário, esquecendo, mais uma vez, de consultar a opinião pública, absolvendo a responsabilidade do Estado Húngaro na deportação para os campos de extermínio de aproximadamente 600.000 cidadãos húngaros (principalmente judeus, ciganos, homossexuais e intelectuais), após a invasão do país pelos alemães. (Grifos no original).⁶³

É justamente nesse sentido que os manifestantes propõem uma narrativa alternativa àquela instituída pela obra do governo. Pretendem, assim, confrontar uma leitura oficial da História que assume como proposta o negacionismo, propondo uma “revisão” de determinados eventos que, se não *nega* diretamente o passado, propõe uma

⁶⁰ Cf. ERŐSS Ágnes. “‘In memory of victims’: Monument and counter-monument in Liberty Square, Budapest”. *Hungarian Geographical Bulletin*, 65(3), 2016, pp. 237-254.

⁶¹ Texto disponível no Memorial Vivo da Praça da Liberdade, em Budapeste. Agosto, 2019.

⁶² ERŐSS Ágnes. ‘In memory of victims’, op. cit., p. 241.

⁶³ Texto disponível no Memorial Vivo da Praça da Liberdade, em Budapeste. Agosto, 2019.

narrativa que banaliza o crime e o papel do Estado em sua execução. Assim, o contra-monumento faz questão de lembrar a aliança constituída pela Hungria, pelo menos desde 1940, com os alemães e questiona se é possível “considerar inocente um Estado que [...] enviou para os campos, em 1941, mais de 20.000 judeus que não podiam comprovar sua nacionalidade húngara”⁶⁴.

Não é, todavia, a primeira vez que a relativização e o silenciamento em torno da especificidade do crime do Holocausto tem lugar na Hungria. Ao contrário, e como se verifica também em outros países do Leste europeu, os caminhos da relativização, da negação e dos silêncios vêm sendo construídos há décadas. Iniciada pouco depois do fim da Guerra, a construção de tais caminhos ganhou espaço durante os governos comunistas. Michael Shafir fala em um processo de “organização do esquecimento pelo Estado” para tentar compreender como os regimes comunistas da região puseram em andamento uma espécie de apagamento do caráter especificamente antijudeu⁶⁵ das atrocidades perpetradas pelos nazistas ou seus aliados locais⁶⁶. Sob este aspecto, o comunismo legou à maioria destes países uma memória que silenciava sobre o passado, operando ao mesmo tempo a “nacionalização” e a “internacionalização” do Holocausto. Em um sentido, enfatizava-se a origem nacional das vítimas em detrimento da étnica – eram *poloneses, húngaros, romenos* e não *judeus* ou *ciganos*; em outro sentido, o destaque recaía sobre o caráter internacional da luta de comunistas e seus aliados progressistas contra o *fascismo* de maneira geral, silenciando sobre as diversas formas de colaboração e convivência/conivência de muitos desses Estados nacionais e seus cidadãos com o nazismo.

Ainda de acordo com Shafir, a construção de tais silêncios em torno do caráter especificamente judeu do Holocausto tornou a tarefa dos negacionistas mais fácil na região, bem como ampliou a receptividade daquilo que ele chamou de “trivialização do Holocausto”⁶⁷. Assim, trivialização e relativização permaneceram presentes, no Leste europeu, durante todo o processo de transição política pelos quais passaram tais

⁶⁴ Texto disponível no Memorial Vivo da Praça da Liberdade, em Budapeste. Agosto, 2019.

⁶⁵ No original, em inglês, o termo usado pelo autor é “de-Judiazation” dos crimes e atrocidades cometidos pelos nazistas e seus aliados locais (2002, p.3).

⁶⁶ SHAFIR, Michael. *Between Denial and "Comparative Trivialization"*: Holocaust Negationism in Post-Communist East Central Europe. Jerusalem: Vidal Sassoon International Center for the Study of Antisemitism, ACTA, No. 19, 2002, 84 pp., p. 3.

⁶⁷ SHAFIR, Michael. *Between Denial and "Comparative Trivialization"*, op. cit., p. 4.

sociedades a partir de 1989, em muitos casos como política de Estado e como continuação, a partir de caminhos distintos, do “silêncio organizado” pelos Estados comunistas. Um legado ressignificado em função das diferentes experiências históricas, bem como das circunstâncias a partir das quais cada país experimentou as transformações pós-1989.

Esta herança, somada a uma outra ainda mais antiga, qual seja, a de um arraigado antissemitismo experimentado na região, sejam talvez as responsáveis por tornar o Holocausto um evento *trivial*. Em fins dos anos 1990, o escritor húngaro de origem judaica, Imre Kertész, sobrevivente dos campos de concentração nazistas durante a Segunda Guerra, concluía que, em seu país e em comparação ao Ocidente europeu, “se ouve e se fala do Holocausto de maneira diferente (já que é impossível não falar dele)”. Segundo Kertész, na Hungria, o Holocausto é considerado, desde o fim da Segunda Guerra, “um tema ‘delicado’, que os diques dos tabus e eufemismos protegem do processo ‘brutal’ de revelação da realidade”⁶⁸.

Assim, o silêncio construído em torno do Holocausto contribuiu para um processo de relativização do crime, reforçando-o. Apesar disso, de acordo com o historiador Randolph L. Braham, a existência de “negadores” do Holocausto no sentido estrito do termo, como no caso de grupos neonazistas quer na Hungria, quer em outros países da região, era relativamente pequeno, ao menos até o os primeiros anos do século XXI. Ainda assim, o número de pessoas e grupos que distorciam e relativizavam a catástrofe dos judeus era bastante grande e, como se verificaria com o passar dos anos, crescente⁶⁹. Em 2001, quando Braham publicou esta análise, a Hungria vivia sob o primeiro governo do FIDESZ, já liderado pelo atual primeiro-ministro Viktor Orbán. Então, o governo dava importantes passos no sentido da construção de uma política sobre o passado que relativizava o Holocausto pela comparação, por exemplo, com o sofrimento impingido ao país pela dominação soviética⁷⁰.

Mas, se até então, imperava um processo de relativização do crime cometido contra os judeus, algo mudou a partir de 2010, quando o FIDESZ retornou ao governo. Se, há duas décadas, Braham chamava atenção para o peso maior dos “relativizadores” em

⁶⁸ KERTÉSZ, Imre. *A língua exilada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 177.

⁶⁹ BRAHAM, 2001 *Apud* SHAFIR, Michael. *Between Denial and "Comparative Trivialization"*, op. cit., p. 10.

⁷⁰ DROIT, Emmanuel. *Le Goulag contre la Shoah*, op. cit., p. 108.

detrimento dos “negadores”, atualmente, é possível observar um processo de integração por parte do FIDESZ de elementos da retórica de grupos de extrema direita, tendo em vista o potencial eleitoral destes segmentos. Assim, o partido vem, aos poucos, integrando, inclusive, algumas referências do antissemitismo muito presentes, por exemplo, no discurso político do partido radical de extrema direita e declaradamente antissemita, o JOBBIK⁷¹.

O exemplo húngaro nos coloca diante não apenas da especificidade das elaborações sobre a memória e os silêncios em torno do passado recente no Leste europeu, mas também da importante questão sobre as formas a partir das quais as novas direitas na Europa vêm – através de um processo de deliberada banalização dos crimes do passado –, se aproximando cada vez mais de uma retórica negacionista. Sob este aspecto, a Hungria está longe de constituir um caso isolado. Ao contrário, são inúmeros os exemplos recentes nesse sentido.

Um deles é a Polônia, governada desde 2015 pelo partido nacionalista de direita Lei e Justiça (PiS). Ali, o Senado fez aprovar, em 2018, uma lei que criminaliza quem responsabilize – através do uso de determinadas expressões ou defesa de certos argumentos – a Polônia e os poloneses pela cumplicidade nos massacres cometidos contra judeus durante a Segunda Guerra Mundial. De acordo com o governo do país, a lei tinha por objetivo “preservar a imagem da Polônia”. Especialistas, no entanto, viram o projeto de lei com muitas ressalvas e mesmo com temor, uma vez que poderia abrir brechas para que o governo formulasse versões que negassem a participação polonesa em crimes de guerra cujas responsabilidades tanto do Estado como da sociedade já haviam sido provadas⁷³. A lei que, inicialmente, previa penas de até três meses de prisão para aqueles que utilizassem termos como “campos de extermínio poloneses” acabou

71 O Movimento por uma Hungria Melhor (Jobbik Magyarorszagert Mozgalom) é um partido neofascista fundado em 2003 na Hungria. O partido combina etno-nacionalismo militante com antissemitismo e racismo anti-ciganos. O Jobbik se autodenomina como um "partido cristão de princípios, conservador e radicalmente patriótico", cujo "objetivo fundamental" é a proteção de "valores e interesses húngaros". Cf.: <https://www.counterextremism.com/threat/jobbik>. Acesso realizado em 25/01/2020.

72 Palonen, E. 2012, 947 *Apud* ERŐSS Ágnes. 'In memory of victims', op. cit., p. 241.

73 Cf.: “Senado da Polônia aprova polêmica lei sobre Holocausto”. In: *Deutsche Welle (DW)*, 01/02/2018. <https://www.dw.com/pt-br/senado-da-polônia-aprova-polêmica-lei-sobre-holocausto/a-42397146> e “Polônia atenua polêmica lei sobre o Holocausto” In: *Deutsche Welle (DW)*, 27/06/2018. <https://www.dw.com/pt-br/polônia-atenua-polêmica-lei-do-holocausto/a-44425875>. Acesso realizado em 27/01/2020.

sendo modificada antes de sua aprovação no Senado. E o foi muito em função das pressões estrangeiras, quer por parte dos EUA – que demonstravam preocupação de que a lei afetasse a liberdade de expressão –; quer por parte do Estado de Israel, que condenou enfaticamente a proposta, acusando-a de pretender falsificar o passado.

Já na Alemanha, o aparecimento de grupos e partidos ditos populistas de direita⁷⁴, a partir dos anos 2010, cujos discursos e práticas são profundamente marcados por pressupostos xenofóbicos e racistas, retomam o problema da relativização dos crimes do passado que, no limite, assume como proposta o negacionismo. O que é interessante, já que neste país, os investimentos em políticas sobre o passado baseadas na admissão das responsabilidades sobre os crimes do nazismo foram muito expressivos, ao menos no lado Ocidental do país, enquanto durou a divisão.

Ao analisar o aparecimento do partido *Alternative für Deutschland* (AfD), Vinicius Liebel constata que, no decorrer do rápido processo de radicalização à direita sofrido pelo partido, as referências ao passado nazista, seu vocabulário e sua retórica, tornaram-se mais frequentes⁷⁵. Assim, o líder do partido na Turíngia, Björk Höcke, por exemplo, em discurso proferido em Dresden, em 2017, lamentou que ainda hoje os alemães não tiveram a chance de chorar e honrar seus mortos em função de uma política de memória

⁷⁴ A utilização do termo “populismo” para definir partidos e movimentos políticos nacionalistas de direita não é consensual. Não obstante, recentemente, o termo vem sendo cada vez mais empregado para compreender o surgimento de grupos e partidos políticos de direita na Europa, os quais reivindicam uma pauta política mais ou menos similar: o nacionalismo exacerbado, a crítica às instituições europeias atuais e ao liberalismo, o forte tom xenofóbico e particularmente islamofóbico dos seus discursos etc. Para Sven Schönfelder, o termo não designa necessariamente “extremistas de direita”, no sentido daqueles que se voltam contra a ordem democrática. “Pelo contrário, partidos populistas de direita, como regra, não são classificados como antidemocráticos (...) Os muitos exemplos de partidos populistas de direita que tiveram sucesso mostram que esse grupo não elimina as estruturas democráticas, mas procuram se servir delas para controlá-las de forma quase autoritária” (2013, p. 99-100 *Apud* LIEBEL, Vinicius. “O Populismo de Direita e suas Estratégias de Sobrevivência - o Alternative für Deutschland (AfD)”. In: ANDRADE, Guilherme Inácio de Franco; BARBOSA, Jefferson Rodrigues; RIBEIRO, Marcus Vinicius; GONÇALVES, Rodrigo Jurecê Mattos. (Org.). *Tempos Conservadores: Estudos Críticos sobre as Direitas - As Direitas na Europa*. 1ed. Goiânia: Gárgula, 2020, v. 3, pp. 105-133, p. 111). Michel Wieviorka, no entanto, ao analisar especificamente o *Front National*, na França, aponta os problemas na utilização do termo. Dentre eles, a associação pejorativa à ideia de demagogia e o fato de o termo remeter a tradições muito distintas. Para o autor, o termo possui um sentido de julgamento de valor negativo, vagamente desdenhoso, (...) um *a priori* pejorativo, orientando a análise em um sentido predeterminado” (WIEVIORKA, Michel. *Le Front national entre extrémisme, populisme et démocratie*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’homme, 2013, p. 9). Em livro publicado recentemente, Pierre Rosanvallon, embora reconheça os problemas suscitados pelo termo, defende sua utilização, sobretudo, porque ele acabou sendo reivindicado e assumido “com orgulho” pelos grupos políticos os quais se pretendia desqualificar com a utilização do termo “populista” (ROSANVALLON, Pierre. *Le siècle du populisme*. Histoire, théorie, critique. Paris: Seuil, 2020, p. 10).

⁷⁵ LIEBEL, Vinicius. *O Populismo de Direita e suas Estratégias de Sobrevivência*, op. cit., p. 113.

culpabilizadora, defendendo uma guinada de 180 graus neste tema⁷⁶. Um ano mais tarde, em 2018, o presidente do AfD, Alexander Gauland, declarou que “se os franceses têm o direito de ter orgulho de Napoleão e os ingleses de Churchill, não há razão para que nós não tenhamos orgulho da performance dos soldados alemães durante a Segunda Guerra Mundial”⁷⁷.

Mais recentemente, o historiador e diretor dos memoriais da Baixa Saxônia, no Norte da Alemanha, Jens-Christian Wagner, causou certo impacto nas mídias alemãs ao denunciar o aumento crescente de “provocações” feitas por visitantes que compareciam ao antigo campo de Bergen-Belsen. Assim, em função da aproximação das comemorações dos 75 anos da liberação de Auschwitz, Wagner achou por bem alertar as autoridades. Alguns dos casos relatados pelo diretor, dizia respeito à visita de um *youtuber* muito conhecido nos meios negacionistas da Alemanha, que durante sua visita, questionava os funcionários do memorial colocando em dúvida a existência de injeções letais de fenol administradas aos deportados na enfermaria do campo.

Assim, a negação e/ou a relativização dos crimes do século XX, parecem se constituir como características importantes do discurso e da prática política de grupos da direita radical que têm crescido nas duas primeiras décadas do século XXI. Não se trata, no entanto, de uma novidade. Ao contrário, ao analisar as raízes do negacionismo na França, Henry Rousso chama atenção para o fato de que “a primeira série de causas que explica a emergência do negacionismo na França está ligada à história da extrema direita”. Para o historiador, em 1944, com o fracasso de Vichy, a extrema direita conheceu expressiva derrota, a qual foi aprofundada em 1962, após a independência da Argélia. Foi somente após a morte do General De Gaulle em 1970, diante do crescente medo de que a esquerda retornasse ao poder, que a extrema direita voltou a ganhar força. Sobretudo a partir de 1972, quando da fundação do *Front National*, a extrema direita recobrou certa influência. Para Rousso, a compreensão de como o fenômeno do negacionismo apareceu fortemente na sociedade francesa a partir das décadas de 1970 e 1980 está indissociavelmente ligada à emergência da extrema direita, mas também à

⁷⁶ LIEBEL, Vinicius. O Populismo de Direita e suas Estratégias de Sobrevivência, op. cit., p. 123.

⁷⁷ WIDER, *Le Monde*, 27/01/2020.

importância que o debate sobre Vichy e as responsabilidades francesas adquiriam naquele momento. De acordo com o historiador,

A negação tornou-se não apenas uma condição para o renascimento da extrema direita, mas uma necessidade ainda mais urgente, na medida em que a história do Holocausto se acelerava durante esse período e produzia, cada vez mais, testemunhos ou escritos científicos. Existe, assim, uma relação de causa e efeito entre o desenvolvimento do negacionismo, a emergência de uma nova direita radical e a anamnésia do passado de Vichy.⁷⁸

Não por acaso, data deste período a polêmica declaração de Jean-Marie Le Pen, liderança do *Front National*, segundo a qual as câmaras de gás dos campos de extermínio nazistas eram apenas um detalhe na história da Segunda Guerra Mundial⁷⁹. Sob este aspecto, tanto a declaração negacionista de Le Pen como a polêmica que se seguiu são expressão não apenas da ascensão das extremas direitas na França, mas dos debates que se produziram, então, em torno do passado nacional daquele país.

Algo, portanto, muito similar ao que se passa em anos recentes nos casos mencionados anteriormente. Nesse sentido, se retomarmos o episódio das provocações relatadas pelos diretores dos memoriais da Baixa Saxônia e de outras regiões da Alemanha, veremos que o que há de novo não é, propriamente, a banalização ou negação do passado pelas direitas radicais, mas a sua forma de manifestação. Para o diretor do campo de Bergen-Belsen, Jens-Christian Wagner, trata-se do

discurso revisionista clássico, que se fixou desde o fim dos anos 1940 e não mudou desde então. [...] Os neonazistas com a cabeça raspada, prontos a fazer provocações nos campos, sempre existiram. Mas hoje, as coisas são mais refinadas. O *youtuber* ao qual nos referimos tem boa aparência, fala bem e se apresenta como um “educador do povo”, preocupado em restabelecer a “verdade” face à história oficial.⁸⁰

É interessante chamar atenção, mais uma vez, para o uso da expressão “discurso revisionista” para se referir a discursos e comportamentos que podem ser considerados quase abertamente negacionistas.

Mas, se o negacionismo e a *trivialização* – ou banalização – do crime estão ligados ao surgimento ou ressurgimento das direitas radicais – plurais, lembremos – não lhes são

⁷⁸ ROUSSO, Henry. *Les racines du négationnisme en France*, op. cit., p. 57-8.

⁷⁹ Cf. *Le Figaro*. “Les chambres à gaz, «détail de l'Histoire”: Jean-Marie Le Pen définitivement condamné”. 27/03/2018. <https://www.lefigaro.fr/politique/le-scan/2018/03/27/25001-20180327ARTFIG00191-les-chambres-a-gaz-detail-de-l-histoire-jean-marie-le-pen-definitivement-condamne.php>. Acesso realizado em 27/01/2020.

⁸⁰ WIDER, *Le Monde*, 27/01/2020.

exclusivas. A diversidade das formas de negação da história, algumas delas aqui abordadas, também dizem respeito a uma extrema esquerda que instrumentaliza a polêmica em seu combate aos EUA e ao Estado de Israel, reatualizando o antissemitismo, como vimos acima.

Diante de embates de diferentes épocas, sobrevivendo a ideologias do século XX (nazismo e comunismo) e seus regimes totalitários (Alemanha nazista e URSS), o uso de maneira indistinta dos conceitos revisionismo e negacionismo persiste, atualizando-se para realidades do presente. Tal procedimento tenta igualar a saudável e essencial iniciativa de revisar as análises do passado, sem que para tal, em absoluto, negue fatos comprovados. Trata-se de heranças do século XX a desafiar o século XXI. Nessa instrumentalização, as extremas direitas e as extremas esquerdas se encontram, negando, muitas vezes, fatos comprovados, tentando apagar suas responsabilidades em grandes tragédias. Mais comumente, as extremas direitas negam tais acontecimentos, sob a roupagem de “revisionistas” sob motivações que se combinam: por cinismo, querendo mostrar que seus regimes não foram tão opressivos assim, tratar-se-ia do discurso do vencedor; em busca de legitimidade científica. Por outro lado, as extremas esquerdas rejeitam as revisões de análises consolidadas, segundo suas motivações: recusar também suas responsabilidades em crimes, acusando as revisões de propaganda e discurso anticomunista; porque as revisões colocam em xeque teorias que não encontraram correspondência na história. Nesse combate, as extremas esquerdas desqualificam o revisionismo igualando-o ao negacionismo, favorecidas, como vimos, pelo fato de os negacionistas se autointitularem revisionistas. Uns e outros deformam a verdade histórica de acordo com interesses próprios, negam a história.

Nesse sentido, assumir que termos tão distintos como *revisionismo* e *negacionismo* possam ser utilizados como sinônimos não é, em alguma medida, ceder aos apelos por legitimidade acadêmica e científica de negacionistas? Podemos ou devemos ceder a tais apelos? Devemos aceitar o termo “revisionismo” mesmo quando se trata de processos que não negam diretamente os crimes do passado, mas empreendem

problemáticos processos de relativização da história, como aqueles colocados em prática pelas direitas radicais mais recentemente? Não nos parece razoável.

Sob este aspecto, a batalha pelas palavras e pelos conceitos parece, mais uma vez, fundamental. E aqui, destacamos outro aspecto relativo ao sentido pejorativo do termo *reversionismo*: a presença do sufixo *ismo*, utilizado em diversas línguas modernas, em geral, na formação de substantivos que denotam “ação ou prática, estado ou condição, princípios, doutrinas, uso ou característica, devoção ou adesão”. Alguns dicionários chegam mesmo a definir *ism* diretamente como “um conjunto de crenças, especialmente aquelas que você desaprova”⁸¹. Assim, o termo *reversionismo* em si, em especial, seu uso acadêmico, pode parecer comprometido, corrompido pelo sufixo que o acompanha, reduzido a “um conjunto de crenças” a serviço de determinada ideologia. Não obstante, em termos da produção do conhecimento histórico, *rever* e *revisar* são verbos plenamente legítimos e devem ser considerados parte da práxis de um bom pesquisador. De acordo com Deborah Lipstadt,

em algum nível, reversionismo é algo em que todos os historiadores legítimos se envolvem. Os historiadores não são apenas cronistas – eles não recontam simplesmente a história. Cada um tenta reunir um novo *insight* ou entendimento de uma história já conhecida, buscando uma nova maneira de interpretar o passado para nos ajudar a entender melhor o presente. Essa interpretação sempre envolve uma constante "revisão" do passado. Por sua própria natureza, a interpretação, no entanto, não pode ser puramente objetiva. Mas é construída sobre um certo corpo de evidências irrefutáveis: a escravidão aconteceu; o mesmo vale para a Peste Negra e o Holocausto.⁸²

Rever, visitar o passado, constantemente, sem abrir mão das evidências e dos demais métodos consagrados pela História. Ao contrário, buscando nos acontecimentos, devidamente verificáveis, novos ângulos, novos caminhos para *compreender*, verbo, que afinal, como nos ensina Marc Bloch⁸³, domina e ilumina a disciplina da História e as pesquisas dos historiadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: o anti-semitismo, instrumento de poder*. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1975.

⁸¹ Cf. Cambridge Dictionary. <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/ism>.

⁸² LIPSTADT, Deborah E. *Denying the Holocaust*, op. cit., p. 25.

⁸³ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*, op. cit., p. 128.

- ARENDDT, Hannah. *On Revolution*. New York, The Viking Press, 1963.
- BÉDARIDA, François. “L’histoire de la Résistance: lectures d’hier, chantiers de demain.” *Vingtième Siècle*, Paris, n. 11, jul-set, 1986.
- BERSTEIN, Edward. *Evolutionary socialism: a criticism and affirmation*. New York, B.W. Huebsch, 1909.
- BERSTEIN, Edward. *Socialismo evolucionário*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- Cambridge Dictionary. <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/ism>.
- CHIRAC, Jacques. *Discurso do presidente da República, na comemoração da grande razia do Vel’d’Hiv, de 16 e 17 de julho de 1942*. Paris, 16/07/1995. www.sunderland.ac.uk/~os0tmc/occupied/chirac.htm Last Update 16-Oct-00. Acesso em 08/02/2007.
- COBBAN, Alfred. *The myth of the French Revolution*. London, University College, 1955, 25 pp.
- Counter Extremism Project. *Jobbik*. <https://www.counterextremism.com/threat/jobbik>. Acesso realizado em 25/01/2020.
- DELY, Renaud et VIROT, Pascal. “La lente insinuation des révisionnistes”. *Libération*. 21/08/1996. https://www.liberation.fr/societe/1996/08/21/la-lente-insinuation-des-revisionnistes-quand-l-ultragauche-remet-en-cause-la-realite-du-genocide-ju_179222. Acesso realizado em 29/03/2020.
- Deutsche Welle (DW)*, 01/02/2018 e 27/07/2018.
- DROIT, Emmanuel. “Le Goulag contre la Shoah. Mémoires officielles et cultures mémorielles dans l’Europe élargie”. *Vingtième Siècle*. Revue d’histoire. 2007/2, nº 94.
- DUCLERT, Vincent. “Le Panthéon, un double enjeu”. *Libération*. Paris, 19/01/2007.
- ERŐSS Ágnes. “‘In memory of victims’: Monument and counter-monument in Liberty Square, Budapest”. *Hungarian Geographical Bulletin*, 65(3), 2016, pp. 237-254.
- European Union. *The history of the European Union*. https://europa.eu/european-union/about-eu/history_en. Acesso realizado em 28/01/2020.
- FIGES, Orlando. *A People’s Tragedy: a History of the Russian Revolution*. Londres: Jonathan Cape, 1996.
- FISHMAN, Sarah; DOWNS, Laura Lee; SINANOGLU, Ioannis; SMITH, Leonard V. e ZARETSKY, Robert (orgs.). *La France sous Vichy: autour de Robert O. Paxton*. Paris: IHTP/CNRS; Bruxelas: Editions Complexe, 2004.
- FITZPATRICK, Sheila. *Cultural Revolution in Russia*. Bloomington, 1978.
- FLORENZANO, Modesto. “François Furet, historiador da Revolução Francesa”. *Revista de História*. São Paulo, USP. 1o semestre de 1995.
- FURET, François e RICHET, Denis. *La Révolution Française*. 2 vols. Paris, Hachette, 1965-1966.

FURET, François. "Le catéchisme révolutionnaire". *Annales. Economies, sociétés, civilisations*. 26^e année, N. 2, 1971. pp. 255- 289.

FURET, François. *Penser la Révolution Française*. Paris, Gallimard, 1978.

GELLATELY, Robert (org.). *Entrevistas de Nuremberga*. Conduzidas por Leon Goldensohn. Lisboa, Tinta-da-China, 2006.

GERARD, Alice. "La crise révisionniste de l'historiographie révolutionnaire et le bicentenaire". Dans: AMALVI, Christian (dir.). *Une passion de l'histoire: histoire(s) mémoire(s) et Europe: hommage au professeur Charles-Olivier Carbonell*. Toulouse, Privat, 2002.

GINZBURG, Carlo. *El juez y el historiador*. Consideraciones al margen del proceso Sofri. Madrid, Anaya & Mario Muchnik, 1993.

GODECHOT, Jacques. "As grandes correntes da historiografia da Revolução Francesa, de 1789 aos nossos dias". *Revista de História (USP)*, 1969, vol. 39, n. 80. p. 423-470.

Holocaust Remembrance Project. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/c1aa54_d6fdacf05b6845a3a2cacbf80ed6720c.pdf.

Acesso realizado em 01/02/2020.

JOUTARD, Philippe. "Préface". GUILLON, Jean-Marie e LABORIE, Pierre (dirs.). *Mémoire et Histoire*. La Résistance. Toulouse, Privat, 1995.

KERTÉSZ, Imre. *A língua exilada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LABORIE, Pierre. *Le chagrin et le venin*. La France sous l'Occupation, mémoire et idées recues. Montrouge: Bayard, 2011.

LABORIE, Pierre. "Négationnisme". In: LABORIE, Pierre. *Les mots de 39-45*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2006.

LABORIE, Pierre. "L'idée de Résistance, entre définition et sens: retour sur un questionnement." In: LABORIE, Pierre. *Les Français des années troubles*. De la guerre d'Espagne à la Libération. Paris: Seuil, 2003 (artigo foi publicado originalmente em 1998, em *Cahiers de l'IHTP*, número especial, dez. de 1997).

Le Figaro. "Les chambres à gaz, «détail de l'Histoire»: Jean-Marie Le Pen définitivement condamné". 27/03/2018. <https://www.lefigaro.fr/politique/le-scan/2018/03/27/25001-20180327ARTFIG00191-les-chambres-a-gaz-detail-de-l-histoire-jean-marie-le-pen-definitivement-condamne.php>. Acesso realizado em 27/01/2020.

Le Monde. "Une lettre de M. Faurisson", 16/01/1979. https://www.lemonde.fr/archives/article/1979/01/16/une-lettre-de-m-faurisson_2788214_1819218.html. Acesso realizado em 29/03/2020.

Le Parisien. <http://dictionnaire.sensagent.leparisien.fr/Fidesz-Union%20civique%20hongroise/fr-fr/>. Acesso em 27/01/2020.

LIEBEL, Vinicius. "O Populismo de Direita e suas Estratégias de Sobrevivência - o Alternative für Deutschland (AfD)". In: ANDRADE, Guilherme Inácio de Franco; BARBOSA, Jefferson Rodrigues; RIBEIRO, Marcus Vinicius; GONÇALVES, Rodrigo Jurecê Mattos. (Org.). *Tempos Conservadores: Estudos Críticos sobre as Direitas - As Direitas na Europa*. 1ed. Goiânia: Gárgula, 2020, v. 3, p. 105-133.

LIPSTADT, Deborah E. *Denying the Holocaust. The Growing Assault on Truth and Memory*. Plume, 1994.

LOUVRIER, Julien. "Penser la controverse: la réception du livre de François Furet et Denis Richet, *La Révolution française*". *Annales historiques de la Révolution française*, nº351, 2008. pp. 151-176.

MATHIEZ, Albert. *La Révolution Française*. Paris, Armand Colin, (1^a ed.), 1922.

MORAES, Luís Edmundo. "Negacionismo: a extrema-direita e a negação da política de extermínio nazista". In: SCHURSTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Francisco Carlos Teixeira; SILVA, Giselda Brito. *Velhas e Novas Direitas: a atualidade de uma polêmica*. Recife: EDUPE, 2014.

PERCHOC, Philippe. "Un passé, deux assemblées. L'Assemblée Parlementaire du Conseil de l'Europe, le Parlement Européen et l'interprétation de l'histoire (2004-2009)". In: *Revue d'études comparatives Est-Ouest*, 2014/3 (Nº 45), p. 205-235. DOI: 10.4074/S0338059914003088. URL: <https://www.cairn.info/revue-revue-d-etudes-comparatives-est-ouest1-2014-3-page-205.htm>

PERETZ, Pauline. "La Grande Famine ukrainienne de 1932-1933: essai d'interprétation". In: *Revue d'études comparatives Est-Ouest*, vol. 30, 1999, nº1. Dossier: "Retours sur le passé" pp. 31-52.

ROLLEMBERG, Denise. *Resistência*. Memória da ocupação nazista na França e na Itália. São Paulo, Alameda, 2016.

ROSANVALLON, Pierre. *Le siècle du populisme*. Histoire, théorie, critique. Paris: Seuil, 2020.

ROUSSO, Henry. "Les racines du négationnisme en France". *Cités*, 2008/4 (nº 36), p. 51-62.

ROUSSO, Henry. *La hantise du passé*. Entretien avec Philippe Petit. Paris: Les Éditions Textuel, 1998.

ROUSSO, Henry. *Syndrome de Vichy. De 1944 à nos jours*. 2^{ème} éd. Paris, Éditions du Seuil, 1990 (1^a ed. 1987).

SEGRILLO, Angelo. "Historiografia da Revolução Russa: antigas e novas abordagens". *Projeto História* (PUCSP), v. 41, p. 63-92, 2010.

SÉMELIN, Jacques. "Qu'est-ce que 'résistir'?". *Esprit*, Paris, n. 198, jan. 1994.

SHAFIR, Michael. *Between Denial and "Comparative Trivialization": Holocaust Negationism in Post-Communist East Central Europe*. Jerusalem: Vidal Sassoon International Center for the Study of Antisemitism, ACTA, No. 19, 2002, 84 pp.

SOBOUL, Albert. *La Révolution française, 1789-1799*, Éditions Sociales, 1948.

SOBOUL, Albert. "L'historiographie classique de la Révolution française. Sur des controverses récentes". *La Pensée*, 1974.

SUNY, Ronald G. "Revision and Retreat in the Historiography of 1917: Social History and its critics". In: *The Russian Review*, Vol. 53, No. 2 (April, 1994), p. 165. Stable URL: <https://www.jstor.org/stable/130821>. Accessed: 09-02-2020 17:12 UTC.

THÉNARD, Jean-Michel. "Vérité". Editorial. *Libération*. Paris, 19 de janeiro de 2007.

TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la Mémoire*. Paris: Arléa, 2004.

TRAVERSO, Enzo. *La historia como campo de batalla*. Interpretar las violencias del siglo XX. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2016.

TROPER, Michel. “La loi Gayssot et la Constitution”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. 54^e année, N. 6, 1999. pp. 1239- 1255.

VIDAL-NAQUET, Pierre. “Thèses sur le “révisionnisme” (1985). *Les assassins de la mémoire. “Un Eichmann de papier” et autres essais sur le révisionnisme*, sous la direction de Vidal-Naquet Pierre. Paris, La Découverte, Poche / Essais, 2005.

WIDER Thomas. « On voit et on entend des choses qu’on n’aurait jamais imaginées avant »: en Allemagne, la mémoire des camps malmenée. *Le Monde*, 27/01/2020.

WIEVIORKA, Michel. *Le Front national entre extrémisme, populisme et démocratie*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’homme, 2013.

WIEVIORKA Olivier. *La mémoire désunie*. Le souvenir politique des années sombres, de la Libération à nos jours. Paris, Seuil, 2010.

Recebido em 10 de fevereiro de 2021

Aprovado em 19 de abril de 2021